

CHAMAR AS MULHERES AO PS



O líder do PS falou aos cerca de 1300 socialistas reunidos, sábado, num jantar-convívio promovido pela Concelhia de Vila do Conde, num discurso onde assumiu a determinação de trazer mais mulheres para o partido. Reiterou o apelo à renovação, congratulou-se com o veto presidencial ao Rendimento Mínimo de Inserção e voltou a denunciar as falsas promessas da campanha eleitoral do PSD.

► Página 5

VISITA DO GRUPO PARLAMENTAR DO PS À MARINHA GRANDE

“Há muito boas empresas que estão a vencer as batalhas da produtividade e competitividade, apostando na inovação e na formação dos recursos humanos”, afirmou o líder parlamentar do PS, António Costa, após a visita que efectuou com um grupo de deputados a empresas da Marinha Grande que se impuseram nos mercados internacionais.

► Páginas centrais

CASINO NO PARQUE MAYER NÃO SERVE LISBOA

► Página 4

ENTREVISTA A JOSÉ AUGUSTO CARVALHO

GOVERNO CLONOU MODELO INEFICAZ PARA AS ÁREAS METROPOLITANAS

► Página 7

CARLOS LAGE LEVA À GALIZA SOLIDARIEDADE SOCIALISTA

► Página 15

A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues presidiu na passada sexta-feira à primeira reunião do Secretariado Nacional do Partido Socialista.

A Concelhia do PS/Vila do Conde organizou um mega-jantar com militantes, no sábado, que contou com a presença do secretário-geral do PS.

Uma delegação de parlamentares socialistas deslocou-se ao distrito de Leiria, onde visitou várias empresas que apostaram na inovação e na formação.

O ciclo de seminários promovidos pelo Grupo Parlamentar do PS sobre "Novas políticas para a competitividade" terminou na passada terça-feira.

Carlos Lage, presidente da delegação socialista no Parlamento Europeu, integrou a delegação do Partido Socialista Europeu que se deslocou à Galiza, para se inteirar "in loco" dos prejuízos causados pelo afundamento do Prestige.

Paulo Pedroso participou num debate sobre a "Rede Europeia Antipobreza".

A Juventude Socialista solicitou um pedido de audiência ao Presidente da República e requereu a ida do ministro da Defesa ao Parlamento para dar explicações sobre o serviço militar obrigatório.

Jorge Sampaio efectuou uma visita de Estado à Grécia que serviu para reforçar as relações entre os dois países.

Com o apoio da Fundação Mário Soares, decorreu um colóquio sobre o Código do Trabalho, subordinado ao tema "Ordem Social do Trabalho e Dignidade Humana", que teve lugar no auditório daquela fundação.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

E QUE (NA)TAL ?

ANTOONIO COLAÇO



EDITORIAL

PROSSEGUIR O RUMO

Não há democracia sem liberdade de imprensa. Uma sociedade democrática moderna e avançada requer uma comunicação social activa e plural. Requer também a discussão democrática sobre os fundamentos e os limites éticos do poder dos “media”, assim como a reflexão colectiva sobre o tratamento que concedem aos factos e à opinião.

Estas afirmações, em si mesmas elementares, são de uma enorme actualidade. Basta ver o papel da comunicação social portuguesa no processo da Casa Pia. Foi o jornalismo de investigação que permitiu trazer ao conhecimento público uma rede inaceitável de violentação e abuso de menores, organizada no próprio seio de uma instituição pública cuja missão é protegê-los, e beneficiando de inúmeras complicitades e silêncios. Foi o jornalismo de investigação que conseguiu quebrar a pesada barreira que o favorecimento ilegítimo de poderosos, a cobardia de responsáveis e a ineficácia ou indiferença do sistema de justiça tinham erguido, ao longo de mais de duas décadas. A liberdade de imprensa não pode ser colocada, pois, sob nenhum pretexto, no banco dos réus. Mas, por outro lado, na sequência das primeiras revelações, certos órgãos de comunicação social, com destaque para as televisões generalistas de natureza privada, não se coibiram de explorar o “voyeurismo” e fazer dos aspectos mais repulsivos do caso chamariz e arma de luta pelas audiências. Não hesitaram, várias vezes, em desrespeitar, em tal ânsia, a dignidade das vítimas e os direitos civis de todos.

A lição é evidente: a plena liberdade da imprensa tem como incontornável contrapartida a plena responsabilidade da imprensa. Perante a lei, sim, mas também, e sobretudo, perante os cidadãos – perante cada um de nós e a comunidade que livremente formamos. Defender a liberdade de imprensa, obrigação essencial da democracia, não é aceitar passivamente o enorme poder da imprensa: pelo contrário, é reflectir sobre o seu uso, é manter uma atitude de consumo esclarecido e crítico da informação, é exigir permanentemente isenção, pluralismo e respeito pelos direitos humanos.

Esta lição também se aplica, no seu registo particular, à imprensa partidária. Os partidos não são “máquinas” ou “aparelhos”: são associações voluntárias de mulheres e homens livres, que lutam por causas e ideias e procuram servir o interesse público. Os órgãos oficiais devem corresponder claramente a essa natureza.

Foi este o caminho seguido pelo “Acção Socialista”, sob a direcção do António José Seguro. A actualidade e a qualidade da informação, a vivacidade do grafismo e do conteúdo, a abertura à pluralidade de opiniões, tornaram-se marca distintiva do jornal. É um prazer contar com o resultado do trabalho, agora que a normal rotação das tarefas me leva a ocupar a responsabilidade da

direcção. É também excelente contar com a redacção do jornal e com a permanência do director-adjunto, Silvino Gomes da Silva.

O programa para os próximos tempos é, pois, simples e claro: prosseguir o rumo, continuando a fazer do “Acção Socialista” um instrumento-chave de contacto com os membros do PS, de comunicação política, de debate de ideias, de renovação de mensagens, propostas e protagonistas, na fidelidade aos princípios fundadores da esquerda e do socialismo democrático.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

A lição é evidente: a plena

liberdade da imprensa tem como

incontornável contrapartida a plena

responsabilidade da imprensa.

Perante a lei, sim, mas também,

e sobretudo, perante os cidadãos –

perante cada um de nós e a

comunidade que livremente

formamos.

CASA PIA

ESPIRAL DE SENSACIONALISMO VIOLA ÉTICA JORNALÍSTICA

O escândalo de abusos sexuais sobre os alunos da Casa Pia que tem abalado a sociedade portuguesa subiu ontem de novo ao Parlamento pela voz do deputado Vicente Jorge Silva que o abordou do ponto de vista do seu tratamento na comunicação social.

Deixando bem vincado que foi através da investigação jornalística que se “desenterrou o escândalo dos arquivos do silêncio”, o ex-jornalista considera que a defesa da “intransigente liberdade” de informar não pode “em circunstância alguma legitimar a libertinagem do sensacionalismo a que este caso tem dado lugar”.

Para o deputado socialista, “tem-se ultrapassado demasiadas vezes aquela linha intransponível que separa os valores da ética jornalística, o respeito pelo rigor informativo, do mercantilismo do entretenimento sórdido alimentado pela concorrência sem princípios, sem regulação, à mercê da concorrência selvagem e da febre da guerra das audiências.”

Observador atento da evolução da comunicação social no nosso país, Vicente Jorge Silva constata que este caso, devido à sua natureza, “acelerou a transgressão das regras éticas e deontológicas em certos serviços informativos

televisivos e nas manchetes de alguns jornais”. Por isso, se perdeu “o sentido do contexto, do enquadramento noticioso, da contenção e do escrúpulo no tratamento de uma matéria tão delicada. Descurrou-se, notoriamente, o cuidado em preservar a sensibilidade dos espectadores mais jovens e vulneráveis à violência mediática”. O ex-director do jornal “Público” considera mesmo que estamos perante a “vulgaridade rasca do eventualmente chocante”, acrescentando que “esse pseudojornalismo de bola vermelha” se generalizou com “os candidatos anónimos a uns minutos de glória passaram a ter tempo de antena desde que relatassem pormenores *hard core*, por mais irrelevantes que fossem para o esclarecimento do caso.”

Insurgindo-se contra a espiral de sensacionalismo que estão a provocar as suspeitas de pedofilia na Casa Pia alertou para os riscos de “um naufrágio moral colectivo”.

Na sua intervenção, feita no período de antes da ordem do dia, Vicente Jorge Silva começou por criticar os poderes públicos. Nesse sentido perguntou como foi possível existir “uma total ausência do Estado” e uma “irresponsabilidade dos poderes públicos” ao longo de duas décadas. Para que situações destas não voltem a repetir-

se, Vicente Jorge Silva considera justificável “um estado de alerta em relação à Casa Pia e a outras instituições congêneres onde possam existir condições potencialmente favoráveis à eclosão de fenómenos semelhantes”.

Prescrição só começa a contar a partir da maioridade

A questão da prescrição do crime de pedofilia foi um dos temas abordados numa reunião entre a direcção da bancada socialista e a Ordem dos Advogados, ocorrida na passada segunda-feira. Nesta matéria houve total concordância de pontos de vista, já que tanto o PS com os representantes dos advogados concluíram que o prazo para a prescrição de um crime de pedofilia só começa a ser contabilizado a partir do momento em que a vítima atinge a maioridade.

Esta posição foi transmitida pelo líder parlamentar do PS, António Costa, e pelo bastonário da Ordem dos Advogados, José Miguel Júdice, durante a reunião em que também estiveram em análise a reforma do notariado e o projecto socialista de combate ao branqueamento de capitais.

António Costa e José Miguel Júdice manifestaram a sua total oposição à ideia de acabar, em definitivo, com a possibilidade de processos de crimes de pedofilia serem prescritos.

Para António Costa, é necessário que se actue “com racionalidade e não com emoção” em matéria de pedofilia e na sua relação com o Código Penal. “As leis não devem ser alteradas por pressão dos acontecimentos. Neste momento, na União Europeia, estão em fase de conclusão directivas para crimes de pedofilia e de crimes de pedopornografia”, lembrou o presidente da bancada socialista.

Para o ex-ministro da Justiça, a transposição de ambas as directivas permitirá a Portugal dar uma resposta mais correcta no que se refere à controvérsia sobre a existência de prescrição em crimes de pedofilia. “A prescrição é essencial num Estado de Direito. Uma suspeita não pode durar anos, como uma espada sobre a cabeça das pessoas”, acrescentou.

Em relação ao projecto de lei do PS para o combate ao branqueamento de capitais, a Ordem dos Advogados recuou nas suas críticas à bancada socialista, mas não deixou de criticar a directiva comunitária que serviu de base ao diploma.

POLÍTICAS PARA A CIDADE

CASINO NO PARQUE NÃO SERVE LISBOA

A ideia de que o PS não pode deixar que a discussão sobre o Parque Mayer se afunile no casino gerou unanimidade no colóquio “Do Parque Mayer à Praça do Comércio”. Nesta iniciativa, inserida no âmbito do ciclo de debates sobre “Políticas para a Cidade”, que a Concelhia de Lisboa tem vindo a promover, participaram os camaradas Maria de Belém, Eduardo Prado Coelho, Vasco Franco, Miguel Coelho, Helena Roseta e Fonseca Ferreira.



Na sua intervenção, Eduardo Prado Coelho defendeu a necessidade de “um amplo debate” sobre a questão do casino no Parque Mayer, salientando que “a actual política cultural da direita não tem nada a ver com o património, mas sim com uma dimensão populista que tem vindo a acentuar-se”.

Para Eduardo Prado Coelho, o centro da cidade “deve ter pólos de natureza diversa, que permitam a existência de locais onde apetece estar a ver quem passa, espaços de convívio e encontro entre pessoas, visitar lugares, comer e beber um copo, espaços de multiculturalidade, entre outros”.

Por sua vez, Miguel Coelho, líder da Concelhia de Lisboa, fez questão de sublinhar que “o PS considera como prioridade a recuperação do Parque Mayer”, mas que, no entanto, “não pode ser feita a qualquer custo, devendo haver um amplo debate, em particular na Assembleia Municipal”.

Segundo Miguel Coelho, “o modelo de recuperação do centro da cidade não é compatível com um casino”, que iria gerar, entre outros aspectos negativos, “a desordenação do tráfego e do ambiente urbano, bem como dramas familiares devido à facilidade de acesso a um casino mesmo à boca do metro”.

Salientando que é preciso “resistir à onda de populismo que está por trás da defesa de um casino”, Miguel Coelho lembrou que o PS já apresentou duas pistas alternativas: um programa Polis para o Parque, com 75 por cento de fundos comunitários, e a exposição de todos os planos para se promover um debate público como, aliás, defenderam os vereadores socialistas na Assembleia Municipal”.

Já Vasco Franco, vereador da Câmara de Lisboa, fez um breve histórico dos projectos para o Parque Mayer, tendo referido que o projecto do arquitecto Norman Foster teria sido uma boa solução, nomeadamente do ponto de vista financeiro.

Depois de referir as diversas ilegalidades que estão por trás do projecto apresentado por Santana Lopes, nomeadamente a violação do PDM, que exige que “uma intervenção mais ampla seja antecedida de um plano de pormenor”, Vasco Franco classificou o plano para

o Parque como “mau sob todos os aspectos”. “Mau pelo uso”, porque, frisou, “o casino não passa de um centro comercial com uma sala de jogos e integra um café-concerto somente para justificar uma sala de espectáculos”. E “mau” ainda porque “prevê uma enorme área de estacionamento com uma única entrada e saída”.

Tal como os outros oradores, a deputada Maria de Belém referiu que desde sempre defendeu “uma ampla discussão pública” sobre esta matéria, adiantando que não achou estranho que Santana Lopes “estivesse a defender um investimento desta natureza no Parque”.

Maria de Belém mostrou a sua “perplexidade” pelo facto do “Governo ter aprovado uma lei que permitia a alteração da concessão das zonas de jogo”, acrescentando que com esta decisão abriu-se uma Caixa de Pandora, com várias

câmaras do País a exigirem a abertura de casinos como solução para a viabilização de projectos. Para a deputada do PS, estamos perante uma questão de “natureza política”, porque, explicou, a decisão do Governo sobre o casino no Parque é “contraditória” com o seu discurso em defesa da família. É que, salientou, “um espaço como o casino no centro de Lisboa é um factor potenciador de indicadores como o aumento da pobreza e da taxa de insucesso escolar, entre outros”.

Caos anunciado

“A esquerda devia deixar claro que a questão fundamental não é o casino, mas sim um projecto que é mau, com cinco volumes de construção, três dos quais muito pesados”, defendeu Fonseca Ferreira.

Para o presidente da CCR de Lisboa e Vale do Tejo, a esquerda deve colocar o acento tónico na questão fundamental: “Não é um projecto que sirva para a cidade e a recuperação do centro histórico”.

Entre os malefícios do projecto de Santana Lopes, apontou o excesso de lugares de estacionamento previstos, e os engarrafamentos que irá provocar, para além de mais carros nos passeios, o que tornaria a zona num “caos”.

“É um projecto fechado sobre si próprio que vira as costas ao Jardim Botânico e à Praça da Alegria”, disse.

Para Fonseca Ferreira, “a ocupação do Parque deve ser virada para a animação: cinema, teatro, restauração, comércio e multimédia, entre outras actividades”.

E defendeu ainda, no que respeita às próximas eleições para a Câmara de Lisboa, que no PS “antes dos nomes, é fundamental que avancem as ideias e a estratégia”.

Também Helena Roseta alertou que o PS “não pode deixar que a discussão se afunile no casino”, acrescentando que “o Governo não pode conceder um casino por dá cá aquela palha”.

Salientando que o projecto para o Parque Mayer deve estar inserido na zona envolvente, referiu que a Av. da Liberdade “tem muito pouco de liberdade, nomeadamente para os peões que não a conseguem atravessar em tempo útil”.

Segundo a deputada socialista, “nesta zona histórica da cidade é necessário dar mais espaço ao peão e trazer outras funções, nomeadamente a habitacional”.

E alertou ainda que a construção de um parque de estacionamento no Parque Mayer é “uma temeridade”, devido à natureza do subsolo.

J. C. CASTELO BRANCO



FERRO RODRIGUES APELA

MULHERES DEVEM PARTICIPAR MAIS NO PROJECTO SOCIALISTA

O líder do PS falou aos cerca de 1300 socialistas reunidos, sábado, num jantar-convívio promovido pela concelhia de Vila do Conde, num discurso onde assumiu a determinação de trazer mais mulheres para o partido. Reiterou o apelo à renovação, congratulou-se com o veto presidencial ao Rendimento Mínimo de Inserção e voltou a denunciar as falsas promessas da campanha eleitoral do PSD.



"Sopra um vento de tristeza e decepção em Portugal" que Ferro Rodrigues garante ter começado a sentir mesmo antes de ter surgido o escândalo da pedofilia na Casa Pia porque, confessa, nunca pensou ver, "em tão pouco tempo, a gigantesca desmistificação da campanha do PSD".

Falando sobre o que qualificou como "um programa oposto" do Executivo, o secretário-geral do PS criticou algumas medidas da actual governação, entre as quais destacou as alterações às regras de acesso ao rendimento mínimo, o aumento do salário mínimo inferior à inflação e a não convergência deste com as pensões, bem como os "vários aspectos inaceitáveis do Código do Trabalho" e a subida dos impostos.

O líder socialista admitiu também ter "medo" de que o aumento do desemprego crie "um clima favorável ao aumento de teses de extrema direita, populistas e xenófobas para com os imigrantes". Ferro advertiu que o PS vai "estar alerta" em relação aos critérios que a governação utilizar, no final do ano, para proceder à análise das contas públicas.

"Não podemos admitir que o défice público possa descer apenas por operações em que o património do Estado é vendido ao desbarato", declarou, sublinhando que "este Governo pensa mais em números do que em pessoas".

"Chega de mandar as culpas para cima do PS. Temos dois partidos de direita a desgovernar Portugal", disse, reiterando de seguida que os socialistas estão a fazer "uma oposição responsável, determinada e construtiva". Neste contexto, Ferro Rodrigues garantiu a



"disponibilidade" do partido para se entender com a maioria PSD-CDS de forma a "voltar a ser colocada na agenda política o tema da regionalização".

"É uma vergonha que a regionalização esteja na Constituição e não se queira a levar à prática. Vale a pena fazer a regionalização desde que ela se faça em consenso entre os maiores partidos", afirmou.

O líder do PS mostrou-se ainda aberto a chegar a um acordo com o Executivo Durão/Portas na discussão de um "programa de estabilidade e crescimento para os próximos anos", no estabelecimento de "uma posição comum em matéria de Defesa e das questões europeias" e na execução de "grandes reformas nas normas de financiamento dos partidos e de legislação eleitoral".

No seu discurso de sábado, o secretário-geral fez ainda um elogio ao Presidente da República pelo facto de Sampaio ter solicitado ao Tribunal Constitucional a fiscalização prévia da lei que modificou o limite de idade (de 18 para os 25 anos) dos jovens que queiram candidatar-se à

atribuição do Rendimento Mínimo Garantido, actualmente designado como Rendimento Social de Inserção.

"Foi uma arbitrariedade pura do Governo que decidiu alterar a altura em que os jovens passam a gozar das suas regalias sociais", realçou.

Assumindo a meta de "trazer cada vez mais mulheres para o PS", Ferro diz que o partido tem de conjugar a sua renovação com a unidade e a coesão internas por forma a disputar e ganhar as eleições caso o calendário eleitoral se altere. "Não sou bruxo para dizer se vão ou não haver eleições antes de 2006, mas o PS tem que estar pronto para em qualquer momento assumir as suas responsabilidades", disse.

Ainda perante os militantes de Vila do Conde, Ferro Rodrigues pronunciou-se sobre a greve convocada pela CGTP para o dia 10 deste mês, observando que "não compete aos partidos políticos promovê-las", embora admitisse compreender "a lógica da reivindicação dos trabalhadores", aos quais garantiu "a solidariedade e compreensão do PS".

M.R.

SAMPAIO VETA RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

O Presidente da República, Jorge Sampaio, enviou para o Tribunal Constitucional o diploma do Governo que substituiu o Rendimento Mínimo Garantido pelo Rendimento Social de Inserção. Sampaio tem dúvidas sobre a constitucionalidade da exclusão dos jovens com menos de 25 anos desta prestação social. Recorde-se que na proposta do Governo o Rendimento Social de Inserção só está acessível a cidadãos com mais de 25 anos, enquanto o



extinto Rendimento Mínimo Garantido podia ser recebido a partir dos 18 anos.

No entendimento de Jorge Sampaio, a questão está em "saber se quando o Estado afecta ou suprime prestações decorrentes da sua obrigação de realização dos direitos sociais, pode fazê-lo sem apoio constitucional ou sem um fundamento razoável".

Mais ainda, refere Sampaio, ao interrogar-se sobre se tal decisão pode ser tomada "de forma

arbitrária ou discriminatória, com eventual violação de princípios constitucionalmente consagrados, como sejam o da igualdade ou o da universalidade na titularidade e exercício de direitos fundamentais".

Lembre-se que o decreto foi aprovado pelo Governo a 26 de Setembro e deu entrada em Belém a 22 de Novembro, conforme refere uma nota divulgada na passada segunda-feira pela Casa Civil do Presidente da República.

NESTE NATAL, FAÇA UMA BOA ACÇÃO



Ofereça uma assinatura do Acção Socialista.



JOSÉ AUGUSTO CARVALHO

GOVERNO LIMITOU-SE A CLONAR UM MODELO INEFICAZ PARA AS ÁREAS METROPOLITANAS

O bom funcionamento das Áreas Metropolitanas é uma condição essencial para uma optimização da gestão e do ordenamento territorial.

Mas, se esta é uma matéria consensual, o mesmo não acontece quanto à forma de pô-la em prática. Recorde-se que em 1995, o Governo do PSD inscreveu no Orçamento de Estado, para o efeito, 35 mil contos.

Cinco anos mais tarde, com os socialistas o investimento nesta área ascendeu aos 200 mil contos.

O ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território José Augusto Carvalho garante que os números em presença dão a noção exacta da importância atribuída a estas questões pelos diferentes Executivos.

O actual deputado do PS, em entrevista ao "Acção Socialista" considera "pouco sério" exportar para a realidade nacional um modelo de funcionamento e gestão de áreas metropolitanas "ineficaz" e "esgotado" e crítica os critérios estabelecidos para a formação das mesmas, por considerá-las "demagógicos" e "ridículos".

Verifica-se um amplo consenso político em torno da necessidade de promover a descentralização na organização e administração do território nacional. As Áreas Metropolitanas foram uma solução encetada no início da década de 90. O que é que falhou no modelo adoptado?

O modelo introduzido pela Lei 44/91, de 2 de Agosto, estimulou o diálogo e a reflexão entre os eleitos locais. Como mero modelo associativo, embora de tipo especial, revelou-se, contudo, frágil e ineficaz, uma vez que não permitiu alcançar os resultados necessários. Lembro palavras recentes do Presidente da República na abertura de um colóquio, em Coimbra, sobre o tema "O Poder Local em Tempo de Globalização". Nessa ocasião, Jorge Sampaio caracterizou o poder local como sofrendo de um défice de cultura de planeamento estratégico".

Referiu-se, pois, aos riscos e oportunidades da globalização, considerando urgente a aposta em "estratégias de valorização do local no quadro global", sendo, para tal, indispensável pensar e modificar o modelo institucional do municipalismo, bem como a respectiva coordenação.



Era a coordenação estratégica dos municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto que a referida Lei 44/91 visava. Coordenação estratégica e articulação da actividade destes e do Estado. Mas, no essencial, falhou.

Tendo presente o debate parlamentar de ontem, quais são as propostas socialistas nesta matéria?

Propomos novas formas de gestão supramunicipal, o que passa pela reflexão sobre a organização territorial, com destaque para o sistema urbano.

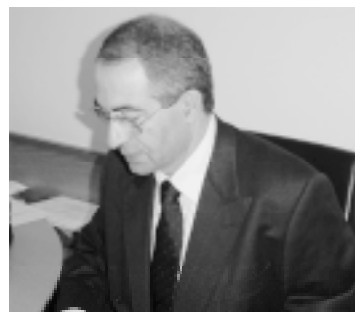
Isto implica a identificação das áreas que aconselham modelos alternativos de gestão. A discussão desta problemática nem sempre tem seguido o caminho mais adequado. Há, todavia, um alargado consenso sobre a necessidade de descentralização e de desconcentração que dêem coerência, sustentação e eficácia às políticas públicas à escala supramunicipal.

Hoje, mais do que nunca, é a concretização deste consenso que se exige aos decisores políticos.

Daí propormos a constituição de uma Comissão Eventual que, no prazo de 180 dias, percorra o caminho para uma solução adequada aos objectivos em vista. Uma solução que perdure independentemente dos ciclos políticos.

Qual a sua apreciação da proposta governamental que prevê a criação de um novo "tipo" de Área Metropolitana, as Comunidades Urbanas?

O que o Governo apresentou não parte da análise crítica da experiência vivida. Limita-se a enveredar pela clonagem do modelo actual.



Daí que sirva como um contributo – e não mais – para a solução que importa construir.

Especificamente, no que às Comunidades Urbanas respeita, a proposta de lei do Executivo limita-se a dar um rótulo novo a um modelo institucional velho e esgotado.

Importa que se saiba que esta iniciativa governamental, se algo traz de inovador, é a possibilidade de se multiplicarem as áreas metropolitanas.

No limite, todo o território nacional pode ficar integrado em áreas metropolitanas, o que é risível: encontrem-se três municípios – se não chegarem acrescentam-se outros – e perfaça-se 150 mil habitantes. Esta realidade basta para estarmos perante uma área metropolitana também designada "comunidade urbana".

Mas há outra categoria de área metropolitana que, ainda segundo a proposta do Governo, se denomina "Grande Área Metropolitana". Junte-se, então, os municípios necessários – nove no mínimo – para atingir 350 mil habitantes e ela aí está.

Tudo isto sem mais exigências para além,

obviamente, da contiguidade territorial.

Assim, estamos perante a completa subversão de conceitos há muito estabilizados. Percorre-se o caminho da demagogia e da irresponsabilidade, criando a ilusão que se dá tudo a todos. Não obstante, o que na realidade acontece é que não se dá nada a ninguém, porque esta solução institucional, demonstradamente, não serve.

Considera que a criação de Áreas Metropolitanas e de Comunidades Urbanas, nos moldes propostos pelo Governo, garante efectivamente a salvaguarda dos princípios da descentralização e da subsidiariedade, consagrados na Constituição?

Uma solução para servir os princípios da descentralização e da subsidiariedade e a causa do desenvolvimento, teria que atender, designadamente:

À diferenciação da realidade territorial: áreas metropolitanas, áreas urbanas não metropolitanas e áreas rurais;

À constatação das fragilidades e da ineficácia do actual modelo associativo, no sentido de superar;

À natureza e composição dos órgãos, com reforço da representatividade e dos poderes decisórios;

Aos sectores ou domínios de actuação, assim como aos níveis de intervenção (planeamento, programação e execução);

À questão dos recursos com especial enfoque no financiamento;

Ao interface administração autárquica/administração desconcentrada;

E à correspondência do âmbito geográfico com o sistema de unidades territoriais (NUT's), na lógica do planeamento, financiamento e execução das políticas de desenvolvimento regional, que se pretendem mais descentralizadas.

Qual o seu entendimento sobre o projecto de lei comunista que altera a forma de constituição dos órgãos das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, alegando que com tal medida visa reforçar os poderes e os meios de actuação das estruturas e funcionamento destas pessoas colectivas de direito público e âmbito territorial?

O projecto do PCP contém aspectos a reter embora enferme de um âmbito geográfico parcelar: as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Há toda a realidade urbana e territorial a enquadrar, para além das áreas metropolitanas. Permita-me, por último, que reconheça que a opção última é dos deputados da maioria. Mas que não se esqueçam que as consequências – essas – serão dos portugueses.

Ou seja, se o Governo e a maioria parlamentar que o apoia persistirem no propósito de clonagem do modelo actual não contam connosco.

Mais do mesmo, não.

MARY RODRIGUES

EXTINGUIR OU MANTER

SOCILISTAS QUESTIONAM FUTURO DOS GOVERNADORES CIVIS

O Governo é, mais uma vez, vítima da sua própria incoerência. Desta feita, a opinião pública confronta-se com duas afirmações contraditórias a propósito do cargo de governador civil, para o qual o ministro da Administração Interna defendeu recentemente um reforço de competências e actividades nas questões da segurança, apesar da sua extinção ter sido prometida em campanha eleitoral.

As “trapalhadas” continuam a ser, pois, o prato forte da ementa governamental, pelo que o deputado do PS Fernando Cabral requereu os devidos esclarecimentos ao primeiro-ministro, num requerimento entregue na Assembleia da República, na passada quarta-feira.

Depois de questionar Durão Barroso sobre se o Governo se terá equivocado quando falou na extinção dos governadores, Cabral indagou também os “factos que levaram o Governo, passados sete meses, a alterar o seu pensamento e a reconhecer que os governadores civis são estruturas importantes numa política descentralizada em vários domínios, nomeadamente nos que dizem respeito à segurança”.

Se o Executivo de direita avançar com a proposta de extinção do referido cargo o parlamentar socialista considera importante esclarecer “que entidades/instituições pensa entregar a coordenação distrital das políticas de segurança e protecção civil”.

CASA DO DOURO

EXECUTIVO NÃO ESCLARECE DEPUTADOS

O deputado socialista Ascenso Simões lamentou que o secretário de Estado do Desenvolvimento Rural não tenha esclarecido os membros da Comissão Parlamentar de Agricultura sobre as questões da reforma institucional da região demarcada do Douro e a situação económica e institucional da Casa do Douro.

Questionado por Ascenso Simões sobre a assunção por parte do Estado das dívidas que restam da perda de competências, com a criação da Comissão Interprofissional da Região, Bianchi de Aguiar, não só não respondeu, como ainda “tentou negar” as palavras proferidas anteriormente por Durão Barroso no Parlamento sobre este tema.

Ausências de respostas receberam também os deputados relativamente à garantia de que o Cadastro poderá ser um instrumento único e inalienável, propriedade da Casa do Douro e só disponível para o Instituto do Vinho do Porto e Douro na componente necessária à atribuição de benefício.

No final da audição parlamentar os deputados socialistas retiram “uma profunda preocupação sobre o futuro da região demarcada e anteendo que a proposta do Governo assenta na valorização da influência do comércio em desfavor da produção, pondo afinal, em causa o verdadeiro interprofissionalismo na região demarcada do Douro”.

Os deputados socialistas recordam que o “PSD na campanha eleitoral sempre assumiu o compromisso de regularizar a situação das dívidas do Estado para com esta instituição douriense”.

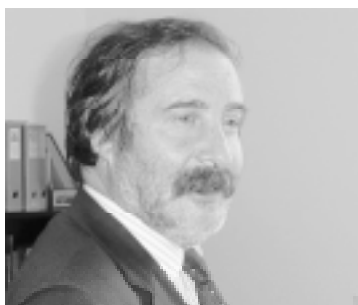
APOIO A VETO EUROPEU

PS CONTESTA ENTRADA DE PRESIDENTE BIELORRUSO NA UE

O Governo deve esclarecer a sua decisão de, “à revelia das mais razoáveis posições” assumidas pelos Quinze, não se opor à entrada no espaço comunitário do Presidente da Bielorrússia, Aleksandr Lukachenko.

Foi esta a exigência feita pelo deputado socialista José Saraiva, num requerimento em que questiona ainda o ministro dos Negócios Estrangeiros, Martins da Cruz, sobre a relação entre a decisão do Executivo e a reunião ministerial da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE, a que Portugal preside), a 6 e 7 de Dezembro, no Porto.

Saraiva interroga igualmente o ministro sobre a “hipótese avançada pela imprensa bielorrussa” de Lukachenko “apreciar a possibilidade de investir em Portugal”, relacionando a situação com o “não” português



ao veto europeu. Os países da União Europeia, à excepção de Portugal, decidiram a semana passada, em Bruxelas, proibir a entrada no seu território ao

Presidente Lukachenko, ao seu primeiro-ministro, aos ministros dos Negócios Estrangeiros, da Defesa, Justiça, e do Interior, assim como ao chefe do KGB local, e ao da administração presidencial.

Em Lisboa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros justificou na passada sexta-feira a oposição à adopção pela UE de sanções contra o regime bielorrusso com a falta de oportunidade política e a deficiência dos mecanismos comunitários para a negação de vistos através de uma posição comum.

Recorde-se que a UE, a OSCE, o Conselho da Europa e os Estados Unidos vêm exercendo pressão, há um ano, sobre o regime de Lukachenko, reeleito em 2001 em condições contestadas, para o incentivar a democratizar o país.

JUÍZES DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ELEITOS NA AR

A Assembleia da República aprovou por 196 votos, num universo de 215 votantes, os quatro nomes propostos pelo PS e pelo PSD para o elenco de juizes do Tribunal Constitucional (TC).

Gil Galvão e Mário Torres, propostos pelo PS, passam assim a integrar o tribunal, que é composto por 13 juizes.

Os nomes dos juizes que foram a votos surgiram na sequência de um acordo entre PS e PSD, que mereceu também o acordo do PCP e do CDS/PP.



VISEU

SOCIALISTAS RECLAMAM PJ PARA A CIDADE

Os deputados socialistas eleitos pelo círculo de Viseu lamentaram que o Governo não tencione criar uma directoria da Polícia Judiciária na cidade.

Por isso, pediram esclarecimentos à ministra da Justiça sobre esta questão, uma vez, que, enquanto oposição, PSD e PP sempre exigiram a criação da PJ em Viseu.

Na resposta, Celeste Cardona referiu que “a investigação da criminalidade complexa, organizada e transnacional que ocorre em Viseu, quer seja da cidade propriamente dita, quer do distrito, continuará a ser realizada pela Polícia Judiciária através da directoria da Coimbra”.

Para os deputados do PS, José Junqueiro, Ana Benavente e Miguel Ginestal, “fica claro que

Viseu não terá directoria da Polícia Judiciária”. José Junqueiro recordou que durante o Governo do PS foi criada em Viseu “uma pequena representação da PJ” mas, segundo o deputado, “tem poucas competências”, acrescentando ainda que o distrito de Viseu justifica ter mais do que isso, devido à sua localização estratégica.

NOVAS POLÍTICAS PARA A COMPETITIVIDADE

APOSTAR TUDO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sindicatos e organizações patronais convergiram quanto às estratégias a seguir para aumentar a produtividade das empresas nacionais: é preciso mais qualificação profissional ao nível de empregadores e trabalhadores. Já na análise ao projecto de Código do Trabalho também houve consenso, embora por razões diferentes. O diploma do Governo é insuficiente e, em muitos casos, longe de ser solução, é o problema.

Centrais sindicais e representantes do patronato apontaram a formação como uma das deficiências estruturais que afecta, de forma decisiva, a produtividade dos portugueses.

Abandono escolar, falta de formação ao longo da vida ou falta de estratégias de formação orientadas foram alguns dos problemas apontados nesta área, durante o último ciclo de seminários, organizado pela bancada socialista, sobre "Novas Políticas para a Competitividade".

A estes factores o secretário-geral da UGT acrescentou a necessidade de inovação e desenvolvimento tecnológico, – pois em Portugal "não há ligação entre o sistema de investigação e as empresas" –, a morosidade de diversos serviços da administração pública – casos da justiça ou saúde –, ou a legislação do trabalho.

João Proença, presente, terça-feira, na Assembleia da República, alertou para o facto de os novos contratos colectivos previstos na proposta de código poderem ser facilmente manipuláveis para servir os interesses do patronato.

Falando nas formas de aumentar a produtividade do ponto de vista dos parceiros sociais, Proença considerou que este novo modelo de contratação colectiva, com um regime de caducidade obrigatório, vem criar a hipótese de o patronato começar a negociar com estruturas sindicais de representatividade duvidosa.

O dirigente sindical reconheceu haver "algumas melhorias efectivas" na proposta que entrou no Parlamento, relativamente ao anteprojecto de Código do Trabalho, mas sublinhou que, ainda assim, muitos dos dispositivos legais continuam a ser "inaceitáveis".

Por seu turno, Carvalho da Silva, líder da CGTP, defendeu que a organização da Administração Pública tem sido tema de muita conversa e pouca acção.

Este é, avisa, uma condição de "desmotivação" que pode transformar-se numa "armadilha muito perigosa para a governação do País nos próximos tempos".



No que ao Código do Trabalho diz respeito, Carvalho da Silva qualificou-o como um "grave retrocesso social", que "não vem resolver os problemas da produtividade".

Para o dirigente da CGTP, "os padrões portugueses ficavam felizes mesmo que do actual Código do Trabalho apenas se operacionalizassem as normas referentes à contratação colectiva".

É que, disse, ao defender o regime de caducidade dos contratos colectivos, o Governo "não está a favorecer as negociações", mas sim a criar um "clima para a real diminuição dos direitos dos trabalhadores".

As duas centrais sindicais estranharam igualmente que, depois de entregue a proposta, se continue a negociar em sede de concertação social.

Neste momento, o Executivo já não pode introduzir alterações ao texto que entregou na Assembleia da República.

Recorde-se que em todo o espaço da União Europeia apenas a França tem um Código do Trabalho. Precisamente, por isso, as centrais sindicais estranharam que o País tenha decidido seguir a "excepção" em matéria de tendência europeia quanto à legislação laboral.

Acresce dizer que o próprio documento não aborda temas tão importantes como os referentes à formação profissional e à segurança e higiene no trabalho, remetendo para inúmeros futuros diplomas (cerca de 25 a 30) a regulamentação destas e de outras matérias.

Do lado das organizações de empregadores, e no que respeita à agricultura, João Machado, da Confederação de Agricultores Portugueses (CAP), apontou, enquanto factor prejudicial à produtividade, a Política Agrícola Comum, sem poupar críticas à política nacional para o sector. "Desde que aderimos à União Europeia tem sido errática nos incentivos e na estratégia", sustentou, acrescentando ser necessário que o "Ministério da Agricultura não seja obstáculo ao desenvolvimento dos agricultores".

Na óptica de Vasco da Gama Fernandes, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), "toda a definição da estratégia de produtividade passa por uma definição clara do nosso modelo de desenvolvimento económico" que, frisou, deve centrar-se no comércio e serviços, contra "uma filosofia industrialista que está ultrapassada".

Rejeitando um discurso de queixas, Francisco Van Zeller, da Confederação da Indústria Portuguesa, colocou a tónica na actuação da CIP nos seus sectores de interesse, nomeadamente ao nível da justiça, no sector da energia e no ambiente.

Qualificar e formar para produzir e competir

Na parte da manhã, três académicos discutiram o tema do emprego e a formação.

Maria de Lurdes Rodrigues falou de um défice

de qualificação e formação que reflecte o movimento contraditório da sociedade portuguesa. É que, "se por um lado foram implementadas medidas de abertura e democratização da qualificação, por outro lado há uma oposição a esta tendência que se escuda na necessidade da excelência e qualidade", que depois não se verifica.

A reforçar esta ideia veio Francisco Madelino, para quem uma política de emprego e formação profissional em Portugal carece de três componentes: grande esforço para a inovação, promoção da coesão social e territorial e um forte combate à exclusão.

Já Pedro Lourtie centrou a sua intervenção na ideia "equivocada" de que no nosso país existe um excesso de diplomados.

Na realidade, considerou, "temos hoje capacidade de fazer o que nunca antes foi feito, ou seja, abrir as instituições de ensino superior a novos públicos e novas tarefas".

Depois de salientar a urgência de uma revisão das formas de organização e avaliação da formação, defendeu a necessidade de se desenvolver uma política de certificação, validação e creditação para os ensinamentos secundário e superior.

Código de Trabalho é mau

A propósito da legislação e da regulação dos mercados de trabalho, a professora Maria do Rosário Ramalho considerou que, de facto, "é preciso mudar a lei para promover a produtividade". Contudo, o novo Código do Trabalho é uma "má solução".

"O projecto do Governo encara a flexibilização laboral de forma, estrita e unidireccional, olhando apenas para as empresas", sublinhou, apontando depois para falhas e omissões relativas às novas categorias de trabalhadores, formas atípicas de trabalho, ao princípio da igualdade do género e à protecção das mulheres grávidas.

Também Júlio Gomes reconheceu a necessidade de "uma diferenciação jurídica que se adequa a uma nova realidade de trabalho, também ela diferenciada".

O advogado Manuel Cavaleiro Brandão confessou-se ainda convaléscente do choque de "indignação" que o primeiro projecto do código lhe causara, "porque ele foi uma prova de que há uma perversa tecnocracia entre os juristas".

"A verdadeira reforma deve ser construída num diálogo convergente e consensual que inclua os trabalhadores e os parceiros sociais", defendeu. A encerrar o painel da noite, Jorge Leite acusou o Governo de subverter o princípio clássico do trabalho e de operar "inesperados retrocessos" com o novo código laboral, que limita gravemente a liberdade de expressão colectiva e enferma de "uma falsa simetria entre empregadores e patrões".

DEPUTADOS DO PS NA MARINHA GRANDE

INOVAÇÃO E FORMAÇÃO SÃO CHAVES DE SUCESSO EMPRESARIAL

“Há muito boas empresas que estão a vencer as batalhas da produtividade e competitividade, apostando na inovação e na formação dos recursos humanos”, afirmou o líder parlamentar do PS, António Costa, após a visita que efectuou com um grupo de deputados a empresas da Marinha Grande que se impuseram nos mercados internacionais. Esta visita inseriu-se no âmbito de um conjunto de iniciativas - seminários e visitas a empresas - que o GP/PS tem vindo a promover, com o objectivo de discutir e construir, com os diferentes agentes económicos e sociais, novas políticas para a competitividade da economia e da sociedade portuguesa, e que culminarão com as Jornadas Parlamentares do PS que vão decorrer em Aveiro nos dias 13 e 14.



No final da visita dos deputados socialistas a várias empresas e a um centro de investigação da Marinha Grande, o líder da bancada socialista, António Costa, realçou a aposta dos empresários da região na inovação e formação, o que permitiu a estas empresas estarem a vencer os desafios da competitividade e a penetrar nos mercados internacionais mais exigentes.

“As empresas que visitámos, dos moldes, plásticos e vidro, são muito boas unidades que estão a vencer os desafios da produtividade e competitividade e a penetrar no mercado internacional, porque apostaram na inovação e formação dos recursos humanos”, sublinhou, acrescentando que estas unidades industriais de moderna tecnologia não pretendem “competir com empresas asiáticas dos países subdesenvolvidos”. São empresas que, adiantou, “perceberam como triunfar no mercado global em que vivemos, olharam para o universo em vez de olharem para si próprias e têm as mesmas leis que aquelas que fazem o choradinho”.

Segundo sublinhou António Costa, “não é com baixos salários e fragilização dos direitos dos trabalhadores que se chega

a estes níveis de competitividade”, frisando ainda que nenhum dos empresários, em quatro empresas, falou da necessidade de alterar a legislação laboral.

“Todos consideraram que este era um factor com um peso relativo”, disse, acrescentando que “só as empresas manhosas, que não inovam, que assentam

a sua estratégia nos baixos salários e que fogem ao fisco é que precisam deste Código do Trabalho, que apenas cria instabilidade social”.

A delegação de deputados do PS composta por António Costa, Elisa Ferreira, Joel Hasse Ferreira, Eduardo Cabrita, Teresa Venda, Vieira da Silva, Custódia Fernandes, Osvaldo de Castro, Marques Júnior e Maximino

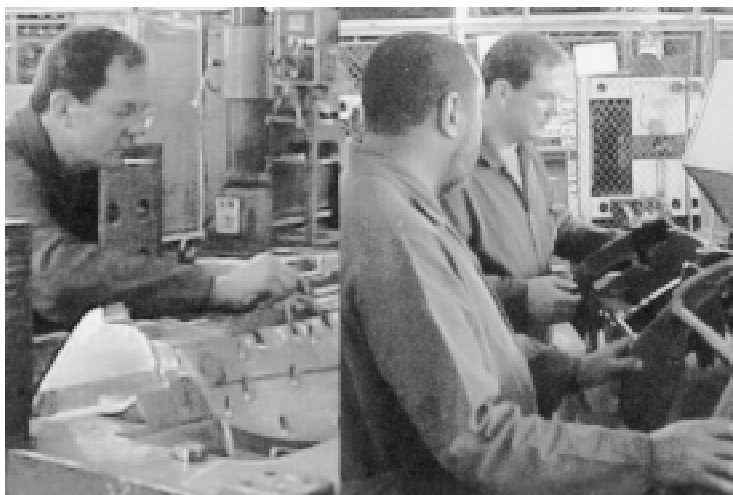
Martins iniciou este dia de trabalho com uma visita à empresa SET (Grupo Iberomoldes), do nosso camarada Henrique Neto, que fez uma breve exposição sobre o desenvolvimento desde os anos 40 da indústria de moldes na região, que “nasceu sob o signo da inovação”.

Sublinhando que a indústria de moldes é um “cluster”, referiu que as empresas integradoras é o tipo de investimento que interessa à marinha Grande.

Sobre a sua empresa, que tem como última jóia da coroa um forno solar, vencedor de um prémio de inovação, destacou a aposta nas novas tecnologias, nomeadamente os avanços registados nas áreas da fresagem, electroerosão e computação gráfica, bem como nos tratamentos térmicos, injeção de ligas metálicas, laser e informatização. “O objectivo central é aproveitar engenharia e moldes para fazer produtos”, referiu.

Por outro lado, o ex-deputado socialista defendeu ainda novas formas de cooperação interempresarial para criar novas empresas. A segunda empresa visitada pela delegação parlamentar socialista foi a Interplástico, uma unidade fundada em 1993, que faz parte de um grupo francês.

Com 80 trabalhadores, uma facturação



anual de cerca de 10 milhões de euros e uma produção quase exclusivamente vocacionada para a indústria automóvel, mas também na área eléctrica e electrónica, a formação é o factor estratégico desta empresa, segundo sublinharam os seus responsáveis desta unidade, adiantando que a política de formação, dada em horário laboral, abrange todos os funcionários de várias áreas profissionais. Em horário pós-laboral, os funcionários podem ainda receber formação em línguas (inglês e francês) e legislação laboral.

Nesta empresa, onde a robótica ocupa um lugar de destaque na cadeia de produção, os deputados socialistas tiveram a oportunidade de verificar a excelência de alguns dos produtos

pelos sucessivos e contínuos cortes de energia, exigindo uma solução da EDP para ultrapassar esta situação causadora de graves prejuízos, bem como reivindicaram uma nova política energética com preços mais baixos e ainda boas estruturas de comunicação.

Os representantes das associações empresariais dos moldes, plásticos e vidro defenderam ainda uma política que promova a fixação de empresas estrangeiras que possam ser clientes dos seus produtos.

Depois deste almoço de trabalho, os deputados socialistas visitaram a Centimfe - Centro de Investigação e Desenvolvimento de Máquinas e Ferramentas Especiais, onde ouviram dos responsáveis

É ainda objectivo deste centro a certificação das empresas e promover uma cultura de qualidade e excelência.

A seguir, a delegação parlamentar socialista seguiu para a Plasdan, uma empresa criada em 1989 na Marinha Grande, resultado de uma "joint-venture" luso-dinamarquesa, que emprega 200 trabalhadoras. Numa breve exposição, os responsáveis desta empresa salientaram a aposta na internacionalização, "um passo importante e decisivo", a presença no Brasil, Dinamarca, Alemanha e Benelux (1º mercado de moldes), sublinhando que a qualidade é um objectivo fundamental, conseguido com a utilização de métodos de trabalho adequados com pessoal altamente qualificado. De salientar ainda

instalações desta unidade, onde as novas tecnologias ocupam um lugar de destaque no método de produção, teve lugar uma reunião entre os deputados e os responsáveis desta empresa, na qual se abordaram alguns aspectos que condicionam e enformam a sua actividade, tendo chamado em particular a atenção para as constantes interrupções de energia, o que leva a que a reposição da produção demore duas horas.

Sindicalistas contestam Código do Trabalho

O programa da visita dos deputados terminou com uma reunião com os sindicatos da região, que decorreu nas



comercializados, como por exemplo um expositor feito para a Adams (pastilhas elásticas) que tem a particularidade de crescer para o lado em altura, bem como outros produtos, como cinzeiros, ventiladores e afixação de pára-choques destinados à indústria automóvel.

Porque a segurança e higiene do trabalho fazem parte também das preocupações desta empresa, nas instalações está afixado um registo dos acidentes de trabalho por áreas: acabamentos, produção e armazém. E, porque os números não mentem, também aqui a aposta está a ser ganha.

Ainda nas instalações da Interplástico teve lugar um almoço de trabalho entre os parlamentares socialistas e representantes das associações empresariais, que, conforme salientou António Costa, teve como objectivo "ouvir os empresários sobre quais os problemas que se colocam relativamente à produtividade e competitividade das suas empresas, e assim recolher preocupações e ideias para repensarmos as nossas políticas".

Fixação do investimento estrangeiro

No encontro, as associações empresariais manifestaram o seu descontentamento

explicações sobre a actividade e os objectivos deste centro instalado na zona industrial.

Trata-se de um moderno centro que pretende antecipar a introdução das novas tecnologias nas empresas, fazer diagnósticos para verificar onde estão as lacunas, com uma presença constante dos seus técnicos nas empresas.

a forte aposta na inovação e também na I & D. "Cinco a dez por cento do volume de vendas é aplicado em I & D", frisaram.

Depois, os deputados socialistas rumaram até à centenária Santos Barosa, a maior fábrica de garrafas da Península Ibérica, com uma produção diária de dois milhões e meio de garrafas.

Antes de uma visita às modernas

instalações do Sport Operário Marinhense.

No encontro, os representantes dos trabalhadores, quer da CGTP quer da UGT, reiteraram as suas críticas ao anteprojecto do Código do Trabalho, salientando que não é com diplomas que desregulam as leis de trabalho existentes que se atingem melhores níveis de competitividade e produtividade.

Os sindicalistas que enalteceram o processo de modernização da indústria videira, que tem acompanhado os novos tempos, não deixaram de manifestar a sua preocupação com o processo de reestruturação da cristalaria, que tem gerado algum mal-estar.

Os atropelos constantes e reiterados à lei no sector bancário, onde grassam as horas suplementares não pagas, e o alto índice de sinistralidade laboral no distrito de Leiria foram também objecto de crítica dos sindicalistas.

Entretanto, o ciclo de visitas dos deputados socialistas a empresas de diferentes regiões do País prossegue nos dias 6 e 9, com destoações, respectivamente, a Braga e Setúbal.

J. C. CASTELO BRANCO

PRÓXIMAS VISITAS DO GRUPO PARLAMENTAR

DISTRITO DE BRAGA 6 DE DEZEMBRO

PROGRAMA

Empresas e instituições a visitar

- 10.00h Blaupunkt
- 11.45h União de Sindicatos de Braga
- 13.00h Almoço no restaurante S. Gião, em Moreira de Cónegos
- 14.45h Herdemar - Fábrica de Cutelaria
- 17.00h Continental - Marbor, em Famalicão

9 DE DEZEMBRO (Programa a confirmar)

PROPINAS

POTENCIALIDADES DA ACTUAL LEI DE FINANCIAMENTO NÃO ESTÃO ESGOTADAS

Considerando que “há mudanças a fazer na fórmula de financiamento das escolas superiores (universidades e politécnicos)”, Augusto Santos Silva sustenta que “a alteração do valor das propinas não é o elemento essencial dessas modificações”.

Por outro lado, o coordenador parlamentar socialista da área da educação argumenta que se o “Governo pretende apresentar qualquer proposta ou tomar qualquer decisão em matéria de propinas tem de dizer qual é a sua proposta”, sublinhando a propósito que “não compete à oposição nem aos parceiros educativos fazer o trabalho do Governo”.

Segundo o ex-ministro da Educação do Governo socialista, em reacção à notícia do “Diário Económico” segundo a qual o ministro Pedro Lynce se preparava aumentar as propinas, o PS “muito menos admitirá que o aumento das propinas seja colocado agora como compensação dos brutais cortes orçamentais que o Governo impôs ao ensino superior”.

Recorde-se que a propina única, indexada ao salário mínimo, foi introduzida em 1997 pelo Governo do PS numa lógica de aumentar os recursos financeiros disponíveis para as instituições universitárias, e de co-responsabilizar as famílias por uma pequena parte dos custos na formação superior dos seus filhos. Por isso mesmo, a introdução das propinas fez-se num ciclo de crescimento do investimento público no ensino superior.

Assim sendo, defende o actual director do “Acção Socialista”, “não é, portanto, possível usar-se as propinas como compensação por cortes brutais nas transferências do Orçamento de Estado para as Universidades e Politécnicos”.

Augusto Santos Silva, nas declarações que prestou ao “AS”, conclui que “o PS não tem posições dogmáticas e que tudo se pode discutir”, sintetizando a linha de conduta socialista da seguinte forma: “Achamos que para todos os jovens que têm um percurso normal na sua formação superior, isto é que não acumulem reprovações, o valor actual da propina é um valor justo porque premeia o seu esforço pessoal e ao mesmo tempo sinaliza a vontade do País de melhorar a qualificação das suas novas gerações”.



BAIXO ALENTEJO

AUTARCAS DEFINEM ESTRATÉGIAS

“A actividade da oposição política deve desenvolver-se pela positiva procurando evitar-se qualquer conotação meramente negativista” concluíram os autarcas socialistas do Baixo Alentejo, em relação ao trabalho dos vereadores socialistas na oposição, durante o encontro que decorreu no passado fim-de-semana, em Castro Verde.

Para os socialistas, as políticas sociais no espaço municipal devem merecer especial atenção por parte das autarquias, através da cooperação com as instituições particulares de solidariedade social. O abandono dos projectos de luta contra a pobreza, por parte do Governo do PSD/PP, também mereceu a atenção dos presentes no encontro.

Os autarcas do Baixo Alentejo consideraram que o “associativismo autárquico encerra óbvias potencialidades e deve ser aprofundado numa base institucional e liberta de controlismos partidários”, acrescentando que o “livre associativismo implica a impossibilidade da transferência de competências do Estado para as Associações de Municípios, pelo que aquelas devem ser entregues aos municípios ou a outras entidades supramunicipais a criar, nos termos da regionalização prevista na Constituição portuguesa”.

A alteração das Comissões de Coordenação Regional que prevê a entrada de 11 municípios do Ribatejo para o Alentejo foi rejeitada pelos participantes na reunião.

Para finalizar, os autarcas socialistas recordaram os grandes projectos para o desenvolvimento da região, como o Alqueva, o Aeroporto de Beja e o Porto de Sines, bem como o facto de serem portadores de sinergias que só poderão ser aproveitadas mediante as imprescindíveis ligações”, razão pela qual foi manifestada, “grande preocupação quanto à concretização atempada das acessibilidades planeadas”.

FEDERAÇÃO DO PORTO

NARCISO RECANDIDATO

Narciso Miranda anunciou a sua recandidatura à Federação do Porto com o objectivo de querer “ajudar o PS a construir nos próximos dois anos um projecto de futuro para o distrito, para a área metropolitana, mas, sobretudo, para a cidade do Porto”. Para o presidente da Câmara de Matosinhos, “há momentos em que, mais do que o direito ao descanso, manda o sentido da responsabilidade”, salientando que quer sair dentro de dois anos “com o conforto de saber que os destinos do PS/Porto estão assegurados”. Na conferência de Imprensa onde manifestou a sua disponibilidade para concorrer à liderança distrital do Porto, Narciso Miranda revelou que tinha comunicado há cerca de um mês ao secretário-geral do partido, Ferro Rodrigues, a sua intenção de não se recandidatar, mas o que se passou entretanto levou-o “a mudar de ideias”.

O actual líder do PS/Porto criticou a falta de denúncia e de combate contra a presente “decapitação” do património da cidade construído pelos socialistas e prometeu uma alternativa à liderança PSD/PP da Câmara do Porto que permita “devolver a esperança, a auto-estima e o orgulho” à população da Invicta.

Assumindo a sua quota de responsabilidade em algumas derrotas eleitorais que o PS teve no distrito nos últimos anos, declinou quaisquer culpas quanto à perda da Câmara do Porto. Narciso Miranda garantiu que “a renovação de protagonistas começou hoje”, sem, contudo, revelar os nomes a integrar a sua candidatura. “Estou aqui para ganhar. Sou candidato para ganhar”, frisou, afirmando que terá “muito orgulho” em receber o apoio de Fernando Gomes, caso isso venha a acontecer.



ABRANTES

EDIL DESMENTE ISALTINO

O presidente da Câmara Municipal de Abrantes, Nélson Carvalho assegurou nunca ter apoiado a passagem dos concelhos do distrito de Santarém para as Comissões de Coordenação do Alentejo e do Centro, contrariando assim declarações de Isaltino Morais.

Em conferência de Imprensa, na qual divulgou uma carta aberta ao ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, o socialista Nélson Carvalho recordou a reunião mantida com Isaltino Morais no final de Julho em que este deu a conhecer a decisão, “sem qualquer discussão”, de passar os municípios da Lezíria do Tejo para a Comissão de Coordenação da Região Alentejo e os do Médio Tejo para a do Centro e lembrou a “intervenção crítica” que fez na altura. A carta aberta de Nélson Carvalho surge na sequência das críticas proferidas na semana passada pelo ministro do Ambiente, que acusou o autarca socialista de andar “a reboque partidário” por declarar o seu apoio à recomendação da Assembleia Municipal de Abrantes no sentido da criação de uma nova unidade territorial que junte os municípios do Vale do Tejo.

Na missiva, Nélson de Carvalho lamenta que os autarcas convocados pelo ministro apenas tenham sido informados da decisão do Governo minutos antes do início da reunião, tendo “de imediato” dado conta ao presidente da Associação de Municípios do Médio Tejo das suas “objecções em relação à ideia”.

Nélson Carvalho assegura que desde logo questionou os eventuais ganhos financeiros invocados pelo Governo para justificar a sua decisão, lembrando os efeitos do alargamento da União Europeia tanto no abaixamento da média comunitária do PIB “per capita” como nos fluxos financeiros.

“O senhor ministro lembrar-se-á, de certeza, que sublinhei nessa intervenção o facto de não nos ser apresentado nenhum suporte documental para análise e discussão e ter solicitado que um “dossier” com tais estudos pudesse ser distribuído aos municípios para suporte de análise e discussão nas Câmaras e Assembleias Municipais”, afirma.

O autarca socialista refuta ainda a acusação de andar “a reboque partidário”, frisando que procura andar “sempre na dianteira” do que pensa serem “os melhores interesses do município” que representa e da região onde trabalha, tendo-se sempre exprimido “a favor da unidade territorial do Vale do Tejo, enquanto território estrategicamente relevante”.

Tal como tinha sido noticiado na edição anterior do “Acção Socialista”, a Assembleia Municipal de Abrantes aprovou com os votos favoráveis do Partido Socialista, uma recomendação para a criação de uma nova região que tenha o Vale do Tejo como eixo agregador, uma vez que o PS não concorda com a recente divisão do distrito de Santarém entre as Comissões de Coordenação Regionais do Centro e do Alentejo.

HELENA MARGARIDA ABREU

PORTUGAL PRECISA DE UM GOVERNO DE ESPERANÇA

Desiludida e defraudada com a eleição de um Executivo de centro-direita nas últimas eleições legislativas, e numa reacção à provocação de ter assistido à derrota socialista por margem tão estreita, Maria Helena Abreu decidiu reaproximar-se do PS, e denuncia, para quem a quiser ouvir, o que considera ter sido uma campanha mediática contra o ex-primeiro-ministro António Guterres. Mas, porque a democracia assenta no princípio da alternância, a militante confidencia ao "Acção Socialista" que aguarda pelo "Governo da nova esperança" de que Portugal precisa.

Inscreeveu-se no PS na altura da histórica eleição de Mário Soares para a Presidência da República, mas alguns desencontros e uma mudança de domicílio contribuíram para "um certo afastamento das lides partidárias", período que culminou em Abril último, quando Helena Margarida Abreu decidiu refiliarse na grande família socialista.

Por ter feito parte das listas do PS para a Câmara de Oeiras e por ter sentido na pele a derrota eleitoral de Março, a Helena entendeu chegada a altura de "assumir um compromisso" e dar a cara.

Assim, aos 46 anos, esta docente do ensino secundário, formada em arquitectura, manifesta-se disponível para concretizar o seu ideal de militância, pautado por duas ideias claras: a da participação e a dádiva de um contributo pessoal para enriquecer o projecto socialista.

"Fiquei um bocado picada com a derrota nas eleições", confessa, acrescentando de seguida que "já era tempo de se fazer alguma coisa". Apesar de fazer um balanço positivo da governação chefiada por António Guterres, a Helena aponta para uma certa "indecisão", na hora de "passar das palavras aos actos".

"Guterres tentou ser muito consensual e humanista, mas quando era preciso agir, por vezes recuava", comenta em tom de lamentação para depois concluir que "fez falta mais pragmatismo".

O resultado eleitoral nas autárquicas é interpretado pela militante como uma "chamada de atenção" ao Governo, pelo que a saída do então primeiro-ministro não a chocou nem desiluiu. Muito pelo contrário, observa, comentando: "naquele contexto, achei que Guterres fez bem", mostrando desapego ao poder.

A propósito da actual liderança e do rumo que o



Partido Socialista tem seguido após a saída do poder, Helena Margarida Abreu tem palavras elogiosas e de admiração para descrever o secretário-geral.

"Ferro Rodrigues é um homem de muitas qualidades, com provas dadas em funções executivas, com ideias claras e méritos inquestionáveis na recondução do PS", afirma para depois rematar a descrição do líder

PERFIL

Nome

Helena Margarida Barahona Simões Abreu

Idade

46 anos

Ocupação

Docente do ensino secundário

Hobbies

Ler, fazer desporto, andar a pé, jardinagem, cinema, bricolage

Militância

Inscrição no PS em 1986 e refiliação em Abril de 2002

Referências socialistas

Mário Soares, Proudhon

socialista com adjectivos como lúcido, culto, humano e íntegro.

Postura muito diferente assume a Helena quando se lhe pede que fale sobre a performance do actual Executivo de direita.

"Temos um Governo dirigido por tecnocratas que se preocupam essencialmente com as questões económicas e financeiras, fazendo tábuas rasas dos aspectos sociais e humanos que toda política responsável deve incluir", considera a docente, que não se manifesta surpreendida por esta característica "muito habitual no PSD e que a actual conjuntura internacional reforça e apoia".

Preocupada com a "depressão para onde nos estão a arrastar os gestores que temos como governantes e com uma série de riscos de degradação cultural e humanista na sociedade portuguesa", a Helena já sente no seu quotidiano laboral e familiar as consequências da lógica economicista do Executivo, bem como dos cortes orçamentais indiscriminados, "tudo em nome da poupança e do défice".

O desemprego e o caos no funcionamento das instituições são as duas marcas mais evidentes destes nestes nove meses de "trapalhada governativa", sem esquecer o reforço da burocratização e o afastamento das populações da vida política nacional.

O recurso recorrente à culpabilização dos antecessores já está esgotado, na opinião da militante que se recusa igualmente a acreditar na

tão evocada falta de produtividade em Portugal. Quanto à política externa e à imagem do País no contexto internacional, Helena Margarida não se sente bem representada e critica fortemente o autismo governativo, no que diz respeito a matérias tão sensíveis como o iminente ataque ao Iraque.

Por outro lado, comenta, "a assumida aversão ao diálogo tem sido conotada com a necessidade de instituir uma certa autoridade, que é, de facto necessária, mas que não deve ser confundida, como o está a ser, com autoritarismo".

No que diz respeito à participação das mulheres na vida político-partidária, a camarada Helena não é favorável à ideia das quotas, apesar de considerar que foi uma forma de protecção ao género feminino, concebida em período de governação socialista, que tem o seu mérito.

"A discriminação positiva pode ser encarada como sendo negativa. As mulheres não precisam desse tipo de protecção. Elas devem ser capazes de, por mérito próprio, assumirem responsabilidades a vários níveis", defendeu. Questionada sobre a pertinência de um novo referendo sobre o aborto, Helena Margarida Abreu entende que se trata de uma matéria que deve ser estudada e muito ponderada em sede parlamentar e que "uma decisão sobre o assunto também deve emanar do hemiciclo de São Bento".

MARY RODRIGUES

PRIORIDADES PARA A CIMEIRA DE COPENHAGA

DINAMARCA GERA POLÊMICA COM PROPOSTA DE REFORMA DA PRESIDÊNCIA

A apresentação do primeiro relatório sobre a reforma da presidência do Conselho “é uma proposta temerária que quer amarrar os trabalhos da Convenção. Esperemos que ela não provoque nenhuma crise institucional”, afirma o eurodeputado Luís Marinho, a propósito de uma das prioridades que a presidência dinamarquesa levará ao próximo Conselho Europeu, que se realiza em Copenhaga nos dias 12 e 13 de Dezembro.

As prioridades da presidência dinamarquesa, em que está também o alargamento da união Europeia a dez novos países, foram apresentadas esta semana no plenário de Bruxelas, suscitando a atenção geral pela importância que têm para o futuro da Europa. E suscitaram também a crítica, na medida em que a apresentação do relatório sobre a reforma da presidência do Conselho é, para Luís Marinho, representante do Parlamento Europeu na Convenção, “uma forma de pressão inaceitável e uma contradição em relação ao mandato de Laeken, segundo o qual o Conselho só tomaria uma decisão com base nas propostas que a Comissão vier a apresentar”.

Assim, a presidência dinamarquesa apresentará o primeiro relatório sobre a reforma da presidência do Conselho, admitindo à discussão três alternativas. Um primeiro modelo em que a presidência continua a ser rotativa, com uma maior cooperação entre as presidências sucessivas. Um segundo modelo, que prevê a conjugação de uma presidência “institucional” para a coordenação do Conselho (Conselho dos Assuntos Gerais e Relações Externas e Coreper), com um sistema quer de presidência rotativa, quer de presidentes eleitos para a maior parte das outras formações.



Por fim, o terceiro modelo corresponde a uma presidência colegial composta por três a cinco membros, seleccionados com base em critérios geográficos ou de dimensão por um período que poderia ser de um ano e meio ou de dois anos e meio. À margem destes modelos, admite-se a discussão de um presidente eleito por um período máximo de cinco anos.

Para Luís Marinho, esta proposta da presidência dinamarquesa “é ilegítima, porque foi o próprio Conselho a encarregar a Convenção de tratar estas matérias”, afirma, acrescentando que,

mesmo que seja tomada uma decisão, ela não terá qualquer validade.

No que respeita ao alargamento, serão concluídas as negociações de adesão com os 10 países candidatos indicados pelo Conselho Europeu de Bruxelas, devendo também ser traçados os calendários para a sua concretização, bem como o reforço das ajudas de pré-adesão para os dois países que para já ficam a aguardar: a Bulgária e Roménia. A Turquia será também um tema a polarizar as atenções, já que existe a expectativa de ser fixada a próxima fase para a sua



candidatura.

O Conselho Europeu de Bruxelas fixou a data de adesão dos dez primeiros países para 1 de Maio de 2004, a tempo de participarem já nas eleições para o Parlamento Europeu, previstas para Junho desse ano.

A apreciação do relatório sobre o andamento dos trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa e a aplicação de medidas para a segurança marítima em virtude do afundamento do *Prestige* na costa da Galiza, são outros assuntos a abordar no Conselho Europeu de Copenhaga. P.P.

JORGE SAMPAIO CONTRA PRESIDENTE DA EUROPA

Na véspera da conclusão das negociações para o alargamento e da Grécia assumir a presidência da União Europeia, os temas europeus foram uma constante da visita do Presidente da República Jorge Sampaio àquele país.

A adesão futura da Turquia à União Europeia e a oposição à possibilidade da União vir a ser governada por um presidente eleito, foram dois dos assuntos que Jorge Sampaio abordou na sua visita.

Considerando que a futura federação dos Estados-Nação nunca será uma federação à imagem dos Estados Unidos da América, Jorge Sampaio disse que, por isso mesmo, “a figura do presidente da União não me parece necessária, nem, quiçá, desejável”.

Quanto à Turquia, considerou que a sua integração na União seria “uma aposta promissora de interesse mútuo”. O Presidente da República considerou “um grave preconceito” os receios que se prendem com “a ideia errónea de que a matriz judaico-cristã da civilização europeia exclui irremediavelmente do projecto europeu uma nação preponderantemente islâmica com é a Turquia”.



PAULO CASACA

CONTABILIDADE EUROPEIA PRECISA SER REFORMADA

É absolutamente imperioso que se proceda à reforma da contabilidade da União Europeia, de forma a que ela seja mais transparente e eficaz, disse no plenário de Bruxelas o eurodeputado Paulo Casaca, que caracterizou as três principais deficiências da execução orçamental em 2001. Paulo Casaca, que falava a propósito da apresentação do relatório do Tribunal de Contas Europeu relativo a 2001, considerou imperioso que seja revisto o sistema de contabilidade, “pondo em marcha tudo o que for considerado necessário para assegurar que a contabilidade da União Europeia siga as melhores práticas e padrões internacionais de contabilidade pública”.

O eurodeputado foi particularmente crítico em relação ao dinheiro que se perde no caminho entre a União Europeia e aqueles que deveriam ser os maiores beneficiários nos Estados-membros. “Por vezes – disse –, parece que, mais importante que os cidadãos, são as múltiplas empresas de consultoria que gravitam em torno das instituições europeias – compostas muitas vezes por antigos funcionários ou por funcionários com licença temporária –, que são as regras de uma absurda e crescente complexidade desfasadas da realidade”, afirmou.

Quanto à execução orçamental em 2001, caracterizou três aspectos: Uma sub-execução muito forte do orçamento, que atinge em especial as verbas para os programas de pré-adesão e fundos estruturais; deficiências continuadas do sistema contabilístico comunitário que necessita de uma urgente reforma; a persistência de problemas antigos, nomeadamente a forma não transparente como a Comissão Europeia lida com o sistema de protecção da indústria europeia do açúcar.

NEGLIGÊNCIA DAS AUTORIDADES ESPANHOLAS

LAGE PROPÕE FRAGA IRIBARNE PARA NOBEL DA QUÍMICA

O presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, Carlos Lage, propôs que o presidente do Governo Regional da Galiza, Fraga Iribarne, seja candidato ao Nobel da Química por ter dito diante das câmaras de televisão que o fuelóleo derramado pelo *Prestige* tinha "complicaciones", que foi a melhor designação que encontrou para responder aos jornalistas que lhe perguntaram quais eram os elementos químicos de alta toxicidade que ele continha. O eurodeputado português manifestou desta forma irónica, perante o Comité Nacional do PSOE galego, a sua indignação pela incompetência e displicência das autoridades regionais e do Governo do PP perante a catástrofe ambiental que se abateu sobre a costa da Galiza. Estas declarações foram proferidas no âmbito de uma visita de deputados do Parlamento Europeu das comissões do Ambiente, Pescas e Transportes à zona afectada pelo afundamento do petroleiro, na sequência de uma resolução aprovada a semana passada em plenário que exigia um inquérito para apurar as causas e os responsáveis pela catástrofe ecológica.

Ao contrário do que afirma o Laboratório do Meio Ambiente da Galiza, os resultados das análises feitas em França pelo Centro de Investigação e Experimentação sobre Acidentes Contaminantes, coincidentes com as observações feitas pela Green Peace, indicam que o fuelóleo derramado pelo *Prestige* contém hidrocarbonetos aromáticos



que estão entre os mais tóxicos e cancerígenos. "Por todo o lado as pessoas mostram abertamente a sua desilusão com as autoridades, que não estiveram presentes quando deviam, que andam a esconder informação e que inexplicavelmente não têm os meios necessários para combater este tipo de incidentes, sobretudo depois do derrame do petroleiro Erika", disse Carlos Lage. Os eurodeputados puderam constatar "o desespero, a revolta e a indignação" dos galegos

com o desastre ecológico, bem como as reais dimensões da crise, em termos ambientais, sociais e económicos. Aquela região da Galiza depende essencialmente da pesca e do turismo, sectores que ficam por muito tempo profundamente afectados pelas consequências da maré negra. No passado fim-de-semana mais de 150 mil galegos saíram às ruas, não só para manifestar a sua consternação perante a crise derramada pelo

petroleiro, mas também para gritar contra a sensação de abandono e incompetência por parte do Governo Regional da Galiza e o Governo Central, de José Maria Aznar, ambos conservadores de direita.

O eurodeputado manifestou também aos galegos, acrescentando que "todos os portugueses equilibrados estão solidários com os espanhóis. Só os cínicos podem comprazer-se por o desastre ter acontecido em Espanha. O desastre não devia ter acontecido e não aconteceria se tivesse havido coordenação e intervenção atempada. Os desastres ecológicos afectam todos e não apenas uma zona localizada", disse.

Entre as conclusões da delegação do Parlamento Europeu, Carlos Lage destacou a necessidade de reforçar a legislação relativa à navegação marítima e catástrofes ambientais e a antecipação da sua entrada em vigor, a renegociação do código marítimo internacional e adopção de medidas de excepção sempre que se verifiquem casos desta gravidade. Manifestaram também o seu apoio à atribuição pela União Europeia das indemnizações necessárias para ajudar todos aqueles que foram afectados, bem como para restabelecer os ecossistemas atingidos.

P.P.

RELATÓRIO APROVADO EM PLENÁRIO

UNIÃO EUROPEIA RENOVA ACORDO DE PESCA COM ANGOLA

A União Europeia vai renovar o protocolo de pescas com Angola e aumentar a sua dotação financeira, com vantagens para ambas as partes contratantes, bem como para Portugal. Para Carlos Lage, que esta semana apresentou o respectivo relatório no plenário de Bruxelas, o acordo será um importante contributo para o desenvolvimento da economia do país, que tanto sofreu com a guerra civil que o afectou desde a sua independência nos anos 70.

Para o eurodeputado, a renovação do protocolo, que vigorará entre 3 de Agosto e 2 de Agosto de 2004, tem toda a justificação porque oferece oportunidades de pesca para as frotas dos diversos Estados-membros e porque reconhece, por outro lado, a necessidade de apoiar a indústria de pesca local. Além disso, aumenta o seu financiamento para o desenvolvimento da pesca sustentável na Zona Económica Exclusiva angolana.

Apesar do petróleo ser a principal indústria angolana geradora de dinheiro, a pesca não deve ser ignorada já que, de acordo com relatórios da FAO, o país tem recursos enormes que estão ainda por explorar. O novo protocolo permitirá a expansão da indústria local e a criação de mecanismos para o transbordo do peixe em portos angolanos, o fornecimento de navios da União Europeia e a contratação de pescadores locais a bordo dos navios comunitários.

O protocolo diz essencialmente respeito à pesca do atum, do camarão e demersal (espécies de fundo) e, em menor medida, à pesca pelágica (de alto mar), actividades particularmente importantes para os armadores portugueses, espanhóis, franceses, italianos, gregos e irlandeses. A verba para o acordo passa de 13.975.000 euros para 15.500.00 euros.

Não obstante a taxa de utilização muito satisfatória, as oportunidades de captura de atum diminuíam de 43 navios para 33, enquanto as possibilidades de pesca demersal sobem, mesmo que a taxa de utilização em 2001/2002 tenha sido apenas de 42 por cento. O número de dois navios de pesca pelágica é mantido no protocolo renovado.

NA CAMPANHA DOS SOCIALISTAS CATALÃES

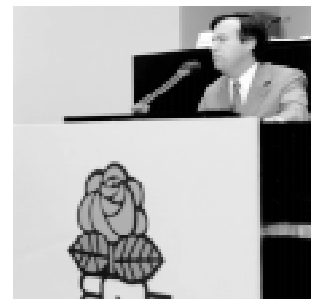
ANTÓNIO GUTERRES DISCUTE GLOBALIZAÇÃO EM BARCELONA

"A globalização e os seus efeitos: desafios e prioridades", é o tema que o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, levou esta semana a debate em Barcelona, ao Conselho Nacional do Partido dos Socialistas da Catalunha, que estão em campanha para as eleições municipais e autonómicas, que se realizam no início de 2003.

A deslocação de António Guterres à Catalunha para participar na campanha dos socialistas catalães inclui um encontro com Pascal Maragall, presidente do Partido Socialista da Catalunha e candidato à presidência do município, José Montilla, secretário-geral do PSC, e Raimon Obiols, vice-presidente do grupo parlamentar do Partido Socialista Europeu.

No debate, que foi aberto ao público, o presidente da Internacional Socialista abordou questões como a necessidade de adoptar uma agenda política global contra a pobreza e a fome, os direitos humanos e a democracia, a regulação económica global, a protecção do meio ambiente e a criação de uma nova ordem mundial que promova a paz e a segurança no mundo e combata os desequilíbrios do planeta. Participou também no debate a presidente da Internacional Socialista das Mulheres, Dolors Renau.

Entretanto, António Guterres, tal como o Presidente da República, Jorge Sampaio e o secretário geral do PS, Ferro Rodrigues, e ainda José Lamego, estarão presentes na tomada de posse do novo presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, que se realizará a 1 ou a 6 de Janeiro.



PETROLEIRO AO FUNDO GOVERNO À DERIVA

PEDRO SILVA PEREIRA

Coordenador para a área do Ambiente e do Ordenamento do Território do Grupo Parlamentar do PS; Ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza

O Governo português acordou tarde para esta crise. Foram precisos cinco dias para constituir o Gabinete de Crise e seis dias para o Governo prestar os primeiros esclarecimentos públicos significativos sobre o incidente e as medidas em curso para minimizar os seus efeitos e salvaguardar o interesse nacional. Tal como foram precisos sete dias para que o Governo, instado pelo Partido Socialista, comparecesse perante o Parlamento para informar os deputados e, através deles, o País.

1. O Partido Socialista promoveu na Assembleia da República, no passado dia 20 de Novembro, um importante debate de urgência sobre o acidente com o petroleiro "Prestige". Se outro mérito não tivesse, essa iniciativa sempre teria valido a pena porque foi a partir do seu anúncio que o Governo, até então quase desaparecido desta crise, se multiplicou em intervenções públicas sobre o desastre ambiental que a iminente maré negra anunciava.

Na verdade, o Governo português acordou tarde para esta crise. Foram precisos cinco dias para constituir o Gabinete de Crise e seis dias para o Governo prestar os primeiros esclarecimentos públicos significativos sobre o incidente e as medidas em curso para minimizar os seus efeitos e salvaguardar o interesse nacional. Tal como foram precisos sete dias para que o Governo, instado pelo Partido Socialista, comparecesse perante o Parlamento para informar os deputados e, através deles, o País.

Infelizmente, o ministro de Estado e da Defesa

de Governo, não é sequer merecedora de resposta - até porque os portugueses não são tão ingénuos como o Governo os imagina.

2. Todavia, é preciso dizer que a gestão que o Governo fez desta crise não pode ser avaliada apenas pelo facto de o Governo ter, e muito bem, impedido a entrada do petroleiro acidatado nas águas sob jurisdição nacional.

Na verdade, a questão fundamental é muito simples e está em saber se o Governo teve ou não a coragem política e a lucidez de, em momento oportuno, exigir do Governo espanhol uma estratégia que salvaguardasse os interesses nacionais e impedisse a transferência para a costa portuguesa de um problema ocorrido na zona económica exclusiva de Espanha.

Sabemos que, a dada altura, já o "Prestige" se aproximava das nossas águas, o Governo deu ordens ao armador e ao rebocador para uma inversão de marcha. Mas não há notícia de qualquer intervenção enérgica do Governo português, necessariamente ao mais alto nível político, junto do Governo espanhol. Ora, só uma tal intervenção poderia ter assegurado uma acção coordenada entre Portugal e Espanha que convergisse para uma estratégia comum onde, obviamente, não faria qualquer sentido agravar a ameaça sobre o litoral português a benefício da costa espanhola, já que o acidente se deu em águas da ZEE do nosso país vizinho.

Pelo contrário: o trajecto seguido pelo petroleiro revela, de forma incontestável, que o cenário da utilização de um porto português não foi nunca excluído da estratégia espanhola para a gestão desta crise.

Estes factos são hoje indesmentíveis. O próprio primeiro-ministro, pouco dado a reconhecer os seus erros, já deu conta de que "não funcionou bem" a coordenação entre Portugal e Espanha, sobretudo nos primeiros dias. Na mesma linha, o ministro dos Negócios Estrangeiros, na linguagem

cifrada dos diplomatas, reconheceu terem ocorrido "disfunções funcionais" entre Portugal e Espanha. Em bom português, isto quer dizer uma coisa muito grave: as autoridades espanholas geriram esta crise desprezando os interesses portugueses, facto que torna politicamente muito censurável a total ausência de uma atitude forte e firme do Governo de Durão Barroso face ao Governo de Aznar.

3. Uma palavra ainda para referir o apagamento do ministro do Ambiente em todo este processo. Perante a eminência de um desastre essencialmente ambiental, o ministro falou tarde e raramente bem. Chegou mesmo ao extremo de nem sequer ter discutido o assunto com o seu homólogo espanhol, nem mesmo para expressar solidariedade, oferecer ajuda ou acompanhar as medidas de protecção ambiental adoptadas na costa da Galiza.

4. Finalmente, deve aqui assinalar-se que o acidente com o petroleiro "Prestige" revelou um facto da maior gravidade: o actual Governo decidiu, por despacho de 9 de Outubro do ministro da Defesa, adiar pelo menos por mais dois anos a construção de um navio de patrulha



Nacional escolheu apresentar-se na Assembleia da República em tom vociferante, cedendo à sedutora tentação de converter uma eminente catástrofe ambiental num vulgar "número mediático", procurando exibir-se como campeão do patriotismo e salvador da zona económica exclusiva portuguesa.

Embalado por este ímpeto combativo do seu colega de Governo, logo o ministro das Cidades, do Ordenamento do Território e do Ambiente tratou de extrair a conclusão pretendida: ao contrário do Governo que se empenha na defesa do interesse nacional a oposição até desejava que a maré negra chegasse às praias portuguesas!

Esta tese absurda e injuriosa, bem no registo provocatório que tem marcado estes sete meses

oceânica, com a valência de combate à poluição.

A construção deste novo equipamento, fundamental para o reforço dos nossos meios operacionais para enfrentar situações como esta, tinha sido decidida pelo Governo anterior e foi agora adiada com a razão do costume: "a adjudicação, no presente momento, de um navio de combate à poluição revela-se economicamente pouco recomendável". É isto que se pode ler no extraordinário despacho do ministro da Defesa, ratificado pelo Conselho de Ministros e publicado a 18 de Novembro - data em que já a maré negra ameaçava as águas portuguesas.

Trata-se, como é manifesto, de um grave erro político em que o ministro do Ambiente não pode deixar de ser conivente - ele que permite que o orçamento do seu Ministério participe financeiramente na construção dos navios patrulha, não obstante lhes ter sido retirada a função de combate à poluição marítima!

5. Esta inversão de prioridades, com a desvalorização das preocupações ambientais, é já uma imagem de marca do novo Governo, onde a política de ambiente se consolida como uma verdadeira "mancha negra". E o pior é que, tal como sucede com a poluição gerada pelo petroleiro afundado, essa "mancha negra" ameaça contaminar tudo o que encontra, atingindo o próprio processo de desenvolvimento sustentável do País.

Não hesita perante nada e conhecendo nós a sua indesmentível competência técnica é de esperar que, com mais ou menos desorçamentação, com mais ou menos adiamento de despesas ou antecipação de receitas, com mais ou menos operações de tesouraria mas, sobretudo, com mais e mais quebras no investimento produtivo (mesmo que tal implique perda de fundos estruturais) acabe por conseguir.

A questão do défice orçamental para o corrente ano é uma questão fechada para a Comissão Europeia. Todos os documentos, todas as informações e todos os juízos de Bruxelas são baseados na certeza de que o défice português superará consideravelmente o valor de 3 por cento. Também a opinião pública portuguesa e os analistas das questões económicas do País mantêm escassas ou nulas dúvidas: o valor do défice este ano superará, pelo segundo ano consecutivo, o valor limite de referência do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Esta certeza está de tal forma arregada na Comissão Europeia que esta instituição se tem limitado a aceitar, com a dose crítica adequada e ajustada às actuais boas práticas, a situação de desequilíbrio da economia portuguesa.

Sucede que aparentemente quem ainda não está convencido é quem, em bom rigor, o devia já estar, ou seja, a sra. ministra das Finanças.

A dra. Manuela Ferreira Leite continua obcecada, não tanto com a consolidação das finanças públicas (o que seria louvável), mas sobretudo com a necessidade de mostrar que é diferente dos socialistas.

Como se, aliás, o não soubéssemos! Por isso, mantém o compromisso que o défice deste ano não ultrapassará os 2,8 por cento e, conseqüentemente, prepara-se para usar tudo (mesmo tudo) para ver satisfeito o seu obsessivo desejo.

É hoje claro, na Comissão Europeia, que as contas portuguesas não são fiáveis. Para este estado absurdo de descredibilização contribuiu fortemente o actual Governo e nomeadamente a sra. ministra.

Se alguma dúvida ainda houvesse bastava analisar o conteúdo do texto (resumido e detalhado) da Comissão, que deu início ao processo de défices excessivos accionado nos termos do artigo 104º do Tratado da União Europeia, contra Portugal. Com efeito, o que a Comissão afirma (enfaticamente) é que o défice português em 2001 foi bastante superior a todos os valores previamente reportados, embora haja boas razões para pensar que, apesar de tudo, não foi violada, neste ano, a regra de ouro das finanças públicas. O valor de 4,1 por cento ou não é referido ou, então, é referenciado de forma marginal, mas sempre com a qualificação de oficial (ou seja da responsabilidade exclusiva do Governo português), pois a tal obriga a falta de confiança da Comissão nos dados apresentados pelo actual Governo. Contudo, a dra. Manuela Ferreira Leite prossegue a sua cruzada e aparentemente satisfaz-se com o cumprimento formal do défice.

Não hesita perante nada e conhecendo nós a sua indesmentível competência técnica é de esperar que, com mais ou menos desorçamentação, com mais ou menos adiamento de despesas ou antecipação de receitas, com mais ou menos operações de tesouraria mas, sobretudo, com mais e mais quebras no investimento produtivo (mesmo que tal implique perda de fundos

O mesmo Governo e Maioria que apresentaram um OE Rectificativo para 2002 e um OE para 2003, adequados àquilo que designam de pesada herança dos governos anteriores, não se coíbe de inaugurar obras que foram lançadas e quase concluídas pela gestão socialista.

Preocupado com o impacto negativo dos lamentáveis episódios de prepotência que têm caracterizado a acção da maioria PSD/PP, o primeiro-ministro e o Governo lançaram-se numa desenfreada campanha de melhoria da sua imagem: a campanha do "Governo impecavelmente democrata". Entre sucessivas repetições de que o Governo era "impecavelmente democrático", o dr. Barroso conseguiu o feito de, num só dia, ter entregue a proposta de lei sobre o Código do Trabalho na Assembleia da República; ter obtido um despacho de aceitação do Presidente Mota Amaral e, pela calada da noite, o diploma ter sido impresso na gráfica da Imprensa Nacional. Tudo em nome da necessidade de impedir que os partidos políticos e as centrais sindicais prolongassem o debate da legislação laboral para além do Natal e do Ano Novo. No entanto, o que era objectivo à sexta, deixou de ser no sábado, a tese dominante, por imposição da campanha de imagem, passou a ser a da necessidade de transmitir a ideia de abertura ao diálogo e de disponibilidade para alterar as propostas lesivas dos direitos dos trabalhadores, aliada à procura de um adormecimento das forças sindicais e políticas durante a época festiva.

Anestesiado parece ser a nova palavra de ordem. O mesmo Governo e Maioria que apresentaram um Orçamento de Estado Rectificativo para 2002 e um Orçamento para 2003, adequados àquilo que designam de pesada herança dos governos anteriores, não se coíbe de inaugurar, com pompa e circunstância, obras que foram lançadas e quase concluídas pela gestão socialista: a Auto-Estrada para o Algarve, o Alqueva; a Nova Aldeia da Luz, o Metro do Porto ou o Centro de Saúde do Bom Sucesso/Arcena.

A forma desastrada como PSD e PP têm induzido para a economia um estado de espírito de depressão e crise, com adopção de medidas inconsequentes para a receita do Estado, como o aumento do IVA – pago por todos –, permite-nos, com a legitimidade de quem alertou para a

VISTO DE BRUXELAS

OBSessão COMPULSIVA

estruturais) acabe por conseguir.

Tudo aponta portanto para que o Governo se "orgulhe" proximamente com o cumprimento do objectivo de 2,8 por cento para o défice orçamental em 2002, aproveitando a ocasião para zurrir os socialistas pela sua "incompetência" do passado.

Dizem que o ridículo mata, mas devemos reconhecer que no caso da sra. ministra das Finanças a resistência não tem limites.

Nada disto seria, contudo, importante se o País não vivesse (agora sim) uma profunda crise económica, social e moral.

Uma crise económica que resulta inequivocamente das erradas políticas e medidas tomadas por este Governo e que se agudizou com a criação de um clima de pessimismo que só beneficiou o Executivo ao permitir-lhe esconder o irrealismo das promessas que fizera e a imoralidade do seu incumprimento. Uma crise social enquadrada pela tentativa de imposição de leis penalizadoras para os trabalhadores, por um comportamento em matéria de política fiscal que continua a beneficiar os poderosos e os infractores, acentuando a iniquidade, e por uma política de rendimentos que inverte as prioridades e acentua as injustiças.

Uma crise moral, por fim, em boa parte criada pela manutenção no Governo, e nos círculos mais próximos da governação, de pessoas sobre cujo comportamento ético pairam as mais profundas dúvidas e interrogações.

Neste quadro, a questão orçamental do País e a sua resolução perante Bruxelas acaba por ser uma questão menor e que cada vez mais só interessa à dra. Manuela Ferreira Leite.

Para o mal e para bem o nosso país não está só; dir-se-ia que está até muito bem (ou muito mal) acompanhado.

E se é verdade que todos são iguais perante a União Europeia não é menos certo que alguns são um pouco mais iguais do que os outros.

Não há, pois, a curto prazo, por incumprimento orçamental, perigo de perda de verbas ou de apoios comunitários.

Por isso a sra. ministra das Finanças pode dormir descansada e mostrar-se mais interessada em ajustar contas com os socialistas do que em resolver verdadeiramente os problemas do País.



MANUEL DOS SANTOS

OS IMPECÁVEIS

inadequação das propostas do Governo PSD/PP, afirmar que, por maior que seja a criatividade do Governo, a deficiente recolha de receitas fiscais ou o incumprimento do défice é da sua exclusiva responsabilidade. É que não se pode querer ficar apenas com os louros das inaugurações, remetendo para outros a responsabilidade de políticas nocivas para as autarquias locais, as regiões autónomas – salvaguardada a da Madeira – e os portugueses. O Orçamento para 2003 apelidado de "injusto e até irresponsável" pelo social Democrata Fernando Ruas e de constituir uma atitude "cega e irreflectida. O poder local está a passar pelo momento mais negro desde o 25 de Abril", segundo o social-democrata Arménio Pereira, não trouxe nenhuma inovação. Dele não consta o cumprimento de nenhuma das promessas ou compromissos eleitorais do PSD. Cada iniciativa do Governo, cada Orçamento de Estado da maioria PSD/PP e cada PIDDAC serão uma oportunidade para confirmar a lógica dos impecáveis, defendida pelo primeiro-ministro. Se as promessas do PSD constarem dos investimentos do Estado, tenderão ser "impecavelmente democráticos", porque honram os compromissos, senão...



ANTÓNIO GALAMBA

NEM CONSENSOS, NEM RUA



FILIPE NUNES

No XIII Congresso do Partido Socialista, tivemos, finalmente, um debate não fulanizado; discutiu-se tudo e só não falou quem não quis. Os novos estatutos foram amplamente debatidos pelo partido. A proposta final de alteração à declaração de princípios, por outro lado, resultou de uma discussão pública sem precedentes.

Consensualizados estes documentos, compreende-se que o Congresso - pelo menos o Congresso visto através da Comunicação Social (que é o que conta) - tenha sido dominado pela questão da estratégia política. Segundo relatos da imprensa, tratava-se de saber se o PS devia «virar à esquerda» ou «virar à direita». Alguns camaradas defenderam que o PS devia vir «para a rua» com o movimento sindical. Outros, pelo contrário, preconizavam a via dos

políticos nem sombra de consensos! Ultimamente, só se fala de pactos de regime para aprovação de orçamentos de Estado e para reformas nas políticas públicas: como se estas coisas fossem neutras; como se já não existissem diferenças entre PS e PSD. Este caminho só aprofundaria o pântano, o populismo e a tão falada desconfiança nas instituições. Repetir agora a dose do bloco central só servia para o PS ficar com o ónus das medidas difíceis e o Governo de direita com os louros de hipotéticos bons resultados.

Mas igualmente desastroso seria seguir a via da frente de esquerda. É evidente que, em legislativas, face a uma direita unida, mesmo sem muita força, o sistema eleitoral favorece as coligações: aparentemente, são muitos os votos perdidos à esquerda. Mas em política quando pensamos que estamos a somar, muitas vezes, estamos a subtrair - como se viu em Espanha nas últimas legislativas, em França com a «esquerda plural» ou nas autárquicas com a coligação «amar Lisboa».

Já lá vai o tempo em que as eleições eram uma versão democrática da luta de classes. As consequências da globalização, da nova economia e das transformações na vida familiar estão a baralhar completamente a estrutura de classes e os alinhamentos eleitorais. Com as taxas de sindicalização e religiosidade a baixar, fenómenos como a abstenção ou a volatilidade eleitoral aumentam. Segundo vários estudos eleitorais, começa a emergir nas democracias consolidadas um novo tipo de eleitor urbano de classe média que é «de esquerda» nas questões dos costumes e «de direita» na visão que tem acerca do papel do Estado. Este eleitor decisivo não gosta de

cargas fiscais elevadas, desconfia da gestão pública, mas tem uma atitude preocupada face às questões ambientais e aberta em relação a temas como o aborto, a orientação sexual, ou a imigração.

Não faz, por isso, nenhum sentido virmos «para a rua gritar», como se fôssemos o braço político do movimento sindical. O nosso papel é liderar institucionalmente a oposição, preparando e lançando medidas para um programa de governo a aprovar no Congresso de 2004, e a divulgar, necessariamente, através de uma estratégia de comunicação política eficaz. Durante estes dois anos de preparação, não vamos poder evitar a discussão sobre problemas que preocupam hoje a generalidade dos cidadãos. Entre esses problemas estão a vida familiar, o Estado-Providência e a legislação laboral.

Segundo vários indicadores, a fragilidade da vida familiar está a custar muito dinheiro ao Estado e a causar sérios problemas à sociedade. Independentemente da orientação sexual, de se tratar de casamento ou de união de facto, o Estado não pode deixar de conceder mais benefícios fiscais e novas condições para quem constitui família e, quando é o caso, quer ter filhos - no acesso à habitação, nos horários das escolas ou na actividade profissional. Sem complexos, vamos ter que definir uma política de família.

O Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social Pública são sistemas desenhados para tempos e riscos diferentes dos actuais. Numa fase em que estamos a consolidar o nosso Estado-Providência, não devemos cometer os erros que outros países cometeram no passado,

com os efeitos perversos que hoje se conhecem. Sem complexos, vamos ter que reafirmar o princípio da complementaridade entre público e privado na segurança social e na saúde.

Durante muito tempo, a esquerda só se preocupou com a democracia industrial e com os privilégios dos trabalhadores. A direita continua a preocupar-se essencialmente com os privilégios dos patrões, promovendo uma política de desregulamentação. Mas o grande problema hoje é a competitividade das economias - que só se atinge com inovação, com qualidade e com redução de custos. Que temos nós para defender sobre regulação laboral, competitividade das empresas ou eficácia da administração pública?

São alguns assuntos sobre os quais vamos ter que trocar umas ideias. Para voltarmos a ganhar, não podemos entrar numa teia de consensos que, no limite, nos vai confundir com a própria acção governamental. Mas também não podemos repetir, preconceitualmente, receitas do passado. A nossa estratégia de demarcação eleitoral face à direita terá que assentar na capacidade de nos tornarmos o espaço de representação de todos aqueles que acreditam na justiça fiscal, na coesão social e nas políticas de qualificação - precisamente as áreas em que a direita vai falhar. No fundo, teremos que concretizar os nossos valores de forma diferente. Os meios serão, provavelmente, outros, mas os fins são aqueles que sempre motivaram a esquerda democrática.

Consensualizados estes documentos, compreende-se que o Congresso - pelo menos o Congresso visto através da Comunicação Social (que é o que conta) - tenha sido dominado pela questão da estratégia política. Segundo relatos da imprensa, tratava-se de saber se o PS devia «virar à esquerda» ou «virar à direita». Alguns camaradas defenderam que o PS devia vir «para a rua» com o movimento sindical. Outros, pelo contrário, preconizavam a via dos consensos, chegando-se mesmo a equacionar o regresso ao «bloco central». Julgo que qualquer destas vias seria suicida para o PS. A estratégia de Ferro Rodrigues parece ser, e bem, «nem consensos, nem rua».



consensos, chegando-se mesmo a equacionar o regresso ao «bloco central». Julgo que qualquer destas vias seria suicida para o PS. A estratégia de Ferro Rodrigues parece ser, e bem, «nem consensos, nem rua».

Começemos pela estratégia dos consensos. Confesso que não consigo perceber esta obsessão nacional com os «acordos de regime», hoje defendidos por uma direita que, quando o PS era governo sem maioria absoluta, tudo fez para os evitar. Em democracia, os consensos só são exigíveis quando estão em causa as regras do jogo democrático, ou seja, o sistema político-administrativo. E sobre o sistema eleitoral, o recrutamento de dirigentes na administração ou o financiamento dos partidos

A MIRAGEM DO CENTRO

PAULO OLIVEIRA DIAS

Há uma verdade que não se pode negar: quem decide eleições é um grupo de eleitores que não tem uma segura opção ideológica nem partidária. Por convenção colocam-se esses eleitores algures entre PS e o PSD, aquilo a que chamaríamos o centro. A verdade é que ninguém sabe onde estão realmente esses eleitores, os ingleses chamam-lhes flutuantes, sabemos apesar de tudo que esse grupo pode ser levado a votar em partidos algures à esquerda do PS como aconteceu com o PRD, ou à direita do PSD como tem acontecido pela Europa (França, Áustria (penúltimas) e Holanda, por exemplo).

Se, pensarmos um pouco sobre o caso descobrimos, que esses eleitores procuram: respostas para problemas conjunturais (segurança, imigrantes, desemprego, crise económica, social, ou outras); respostas para desencantos vários, principalmente com os políticos.

E por outro lado são: alvo fácil de populistas e tecnicamente manipuláveis.

As questões que se têm levantado em debates depois do que aconteceu nas últimas eleições pela Europa fora foram essencialmente a busca de um esclarecimento sobre o que é realmente a esquerda, ou de que esquerda são os socialistas/trabalhistas/social-democratas. A verdade é que face à crise económica que cresceu nos últimos anos a resposta dos governos de esquerda foi de algum autismo, o que os tornou presa, mais ou menos, fácil dos seus adversários que, por acaso, estão à direita.

Numa imagem que li: "Quando o comboio começou a desviar-se dos seus carris, a resposta do Governo foi pôr mais carvão". É evidente que, rapidamente, se esgotou o carvão.

Será um governo de esquerda talhado para governar um país em sistema capitalista? Uma vez que a questão não se pode colocar em termos de mudar o regime, visto que como é para todos evidente este é ainda o melhor regime, na prática, para se viver.

A questão é: o que é a esquerda num mundo capitalista? É esta a realidade onde vivemos.

Tem de ser feita uma verdadeira opção por exercer um poder regulador da vida do país, é esse o papel da esquerda:

Permitir que o país se desenvolva, na lógica onde vivemos e onde previsivelmente continuaremos a viver. Lógica essa em que são as empresas privadas as grandes geradoras de riqueza.

Colocando o Estado no papel de potenciador do papel gerador de riqueza das empresas apoiando-as de todas as formas, para que sejam o mais eficazes possível. Simultaneamente criar todos os mecanismos para que essas empresas tratem das pessoas que as constituem da forma mais motivadora para que os resultados sejam excelentes. Isto é, fazer as empresas compreender que os recursos humanos podem ser: funcionários sem garra nem ambição ou verdadeiros colaboradores directamente envolvidos no sucesso, e que isso é, em grande parte, responsabilidade da empresa.

Por outro lado, as questões sociais, de solidariedade, de formação de recursos humanos devem ser assumidas pelo Estado, definindo projectos e realidades que estejam de acordo com a estratégias definidas tanto a nível macro como de microeconomia.

Se o PS está mais à esquerda ou mais à direita não é questão que se coloque, o PS deve

manter-se onde sempre esteve. A questão do centro é também uma falsa questão. As pessoas têm insatisfações e votam em quem se mostra mais capaz para criar soluções esteja lá onde estiver em termos ideológicos. A solução é procurar as insatisfações, depois as suas raízes e por último apresentar soluções. Assim o PS voltará ao poder nas autarquias e no país.

Se o PS está mais à esquerda ou mais à direita não é questão que se coloque, o PS deve manter-se onde sempre esteve. A questão do centro é também uma falsa questão. As pessoas têm insatisfações e votam em quem se mostra mais capaz para criar soluções esteja lá onde estiver em termos ideológicos.

O SEGREDO DE VERDADE

PEDRO BAPTISTA

Andam personalidades preocupadas com a exposição dos queixosos de pedofilia, mas tão comovente preocupação levanta muitas dúvidas, pois, entre as vítimas, não há quem não tenha tido, em todos estes anos, uma vida impossível consigo próprio, amarfanhada na interiorização silenciosa do crime sobre eles preperado. Como se fossem eles, pobres vítimas, os pecaminosos. Tal como o país atônito, obstupefacto, revoltado, sedento de justiça para não dizer de vingança redentora. Traumatizado pelo silêncio que, tendo vivido em si, parece ter vivido simultaneamente em cada um. País afogado num pesadelo de que precisa libertar-se em gestos enérgicos de sobrevivência.

Só a verdade, a sua exposição e assunção públicas, pode permitir a catarse libertadora das vítimas e curar um país que descobre que proeminências sacralizadas das instituições públicas e nos venerandos ecrãs não passam da pior escumalha. E descobre uma vasta e prolongada teia de silêncios e complicitades a vários níveis, colaborantes na mascarada dos crimes dos sectores dominantes da sociedade, os filhos d'algo, sobre as indefesas crianças excluídas, filhos de ninguém.

Só da verdade pode vir a catarse que cure os traumas de todos. Da verdade e da justiça.

Deixemo-nos de exageradas preocupações à volta da delicadeza das situações, pois têm servido para ocultar a situação e vamos ao essencial. Que é saber a verdade toda e enfrentá-la!

Saber a verdade é homenagear e encorajar a Comunicação Social que levantou a questão e a aprofunda com seriedade fazendo, mais uma vez, as vezes das instituições. Nada tendo a ver com sensacionalismos ou encomendas, esta iniciativa do jornalismo de investigação, essencial à democracia, merece o aplauso. Que a mão nunca lhes doa nem nada (fora ou dentro dos órgãos) os detenha.

Saber a verdade é não deixar que nenhum segredo de justiça se transforme em segredo da verdade, tudo sendo abafado nos subterrâneos kafkianos das secretas e dos tribunais.

Enfrentar a verdade é prender, julgar e punir os criminosos e seus cúmplices; varrer das instituições os que colaboraram activamente ou pela passividade; e extrair as conclusões "ideológicas" sobre a justiça e a justiça da sociedade portuguesa, vendo para onde são empurrados as centenas de milhares de excluídos.

Venham agora dizer que o social dá cabo do orçamento e agrava o défice, venham falar de conservadorismos e de direitos ou pôr em causa a origem social da grande parte dos comportamentos marginais!

Os que continuam a opôr-se a uma sociedade mais justa, com menos riqueza nas mãos de alguns e menos carências na vida de todos, são os responsáveis por dramas como este e por grande parte da criminalidade que continuará a sobrelotar as cadeias. Alimentando as paranóias criminosas que parecem estar na moda entre a classe dominante deste virar do século.

Mas enfrentar é também tirar as consequências políticas. Porque diz Costa Macedo que os nomes são demasiado importantes para serem por ela revelados? Há nomes mais importantes que outros, face

ao crime e à justiça para a ex-secretária de Estado da AD? Ficando inúmeras dúvidas sobre a sua acção, que foi afinal a de admoestar o denunciante dos crimes e ilibar o criminoso, porque esconde os nomes num processo em que se tenta pôr como motor, mas a que só chegou depois do "Expresso" e da SIC o terem trazido para a rua? Se Vieira de Castro viu anulada a sanção disciplinar sobre o violador e angariador por motivos tão óbvios que parece o processo ter sido feito para isso, porque não aplicou de novo a sanção corrigindo os vícios processuais? Não sendo pois verdade que estivesse atadado de pés e mãos como disse nos ecrãs? Como pode deixar o fandinga voltar ao terreno do crime deixando-lhe as crianças a mercê? Quem raio manda numa PJ onde são precisos quinze dias para um mandato de capturas ser executado? E num caso destes com crianças! Ou sendo filhas de quem são e sendo o que são, são escória para o poder? Se cruzarmos estes procedimentos com as acusações de Maria José Morgado à direcção da PJ e ao Ministério da Justiça onde chegamos? Mas não vamos já por aí. Como é possível o ministro Bagão Félix nomear para provedor interino um indivíduo que segundo um funcionário disse nos ecrãs não passava dum capacho do tal Bibi? Com que ligeireza se trata do destino de centenas de crianças que estão à responsabilidade? E como não sabia do que se passava, quando em 82 ombreava, como secretário de Estado, com Costa Macedo? Irresponsabilidade? Ou o tal capacho do Bibi dava para manutenção do polvo silencioso?

E se o Governo foi, como assegura Macedo, informado do que se passava, como são possíveis as continuadas promoções do Jorge Ritto no MNE? E quem era o Ministro em 91 senão o actual primeiro-ministro que terá de saber sobre o assunto mais do que diz não saber? Nem havendo razão nenhuma, nem de Estado nem de nada, para não fazer comentários sobre o assunto!

Por estas e por outras é importante que o assunto não caia no famoso segredo de justiça a partir do qual, neste país, só é condenado quem tem azar. Até porque estamos prestes a refazer a história. Percebendo-se finalmente porque rebentou a AD em 82. Quem sabe se saberemos porque foram demitidos certos ministros? E até quais os motivos da degenerescência e corrosão internas do terceiro governo de Cavaco Silva? Ou da quebra psicológica que leva ao famoso tabu. Ou não refaremos o presente?

Saber a verdade é homenagear e encorajar a Comunicação Social que levantou a questão e a aprofunda com seriedade fazendo, mais uma vez, as vezes das instituições. Nada tendo a ver com sensacionalismos ou encomendas, esta iniciativa do jornalismo de investigação, essencial à democracia, merece o aplauso. Que a mão nunca lhes doa nem nada (fora ou dentro dos órgãos) os detenha.

A SEMANA PREVISTA

Sob a presidência de Almeida Santos, tem lugar esta noite uma reunião da Comissão Política, em que também participam os presidentes das Federações e os eurodeputados socialistas. O ponto único da ordem de trabalhos é a análise da situação política.

O secretário nacional do PS Luís Nazaré promove também hoje, no Largo do Rato, uma conferência de Imprensa, para abordar a situação em torno da empresa Oniway.

Os deputados do Grupo Parlamentar do PS visitam amanhã o distrito de Braga e segunda-feira o de Setúbal com o objectivo de fazer uma avaliação com empresários e trabalhadores dos problemas e das oportunidades relativas à competitividade.

Realiza-se no sábado, 7 de Dezembro a Convenção Concelhia do PS/Lisboa, no auditório da Faculdade de Ciências de Lisboa. Estão previstos painéis de discussão sobre "Lisboa, na Europa e no Mundo", "Lisboa, o coração da área metropolitana" e "O centro da cidade, pessoas, memória e futuro".

No âmbito das actividades do Gabinete de Estudos do PS, realizam-se na próxima semana um conjunto de reuniões sectoriais, nomeadamente sobre Turismo, Trabalho e Formação Profissional.

A Comissão Política Concelhia do PS/Almada realiza na próxima sexta-feira, um debate sobre "Autárquicas 2005", no clube Os Amigos da Costa de Caparica com a participação de António Costa e de vários presidentes de câmara da margem sul.

A Federação do Baixo Alentejo do Partido Socialista promove no dia 6 de Dezembro, em Beja, um debate sobre propostas da nova legislação do trabalho, que contará com a presença de Rui Cunha e de representantes da UGT e da CGTP/IN.

Decorre na sexta-feira a apresentação do novo livro do eurodeputado socialista Mário Soares, intitulado "Entretien".

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA

INFORMAÇÕES ÚTEIS

FEDERAÇÕES DO PS

BAIXO ALENTEJO
TEL 284 32 34 47 FAX 284 32 16 22

BRAGANÇA
TEL 273 32 42 20 FAX 273 33 10 92

CASTELO BRANCO
TEL 272 34 44 59 FAX 272 32 65 95

ÉVORA
TEL 266 70 22 72 FAX 266 74 19 24

FARO (Região Oeste)
TEL 261 32 35 98 FAX 261 31 56 20

GUARDA
TEL 271 21 29 69 FAX 271 22 30 37

LEIRIA
TEL 244 82 26 62 FAX 244 82 41 65

PORTALEGRE
TEL 245 20 14 21 FAX 245 20 32 22

VIANA DO CASTELO
TEL 258 82 40 86 FAX 258 82 40 86

VILA REAL
TEL 259 32 25 86 FAX 259 32 64 92

MADEIRA
TEL 291 22 56 12 FAX 291 23 00 25



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director Augusto Santos Silva

Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
silvinogomes@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro José Manuel Viegas

Grafismo Miguel Andrade

Redacção J.C. Castelo Branco
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Paginação electrónica Francisco Sandoval
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição Avenida das Descobertas 17
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente 25 €
Regiões Autónomas 32 €
Macau 54 €
Europa 63 €
Resto do Mundo 92 €

O valor das assinaturas
de apoio é livremente fixado
pelos assinantes
a partir dos valores indicados